

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O PROCESSO DE SELEÇÃO DE ALUNOS PARA O ENSINO
AGRÍCOLA COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO: UMA
ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO *CAMPUS* VITÓRIA DE
SANTO ANTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE
PERNAMBUCO

CARLA EUGÊNIA FONSECA DA SILVA MARQUES DE
NÓBREGA

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O PROCESSO DE SELEÇÃO DE ALUNOS PARA O ENSINO
AGRÍCOLA COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DO CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

CARLA EUGÊNIA FONSECA DA SILVA MARQUES DE NÓBREGA

Sob a Orientação da Professora
Dra.Suemy Yukizaki

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
2011**

371.216

N754p

T

Nóbrega, Carla Eugênia Fonseca da Silva
Marques de, 1973-

O processo de seleção de alunos para o ensino agrícola como política de inclusão: uma análise da experiência do Campus Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Pernambuco / Carla Eugênia Fonseca da Silva Marques de Nóbrega - 2011.

81 f.: il.

Orientador: Suemy Yukizaki.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 58-59.

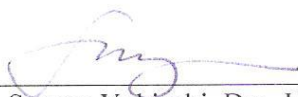
1. Ensino agrícola - Teses. 2. Estudantes - seleção e admissão - Teses. 3. Integração social - Teses. 4. Democratização da educação - Teses. 5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Campus Vitória de Santo Antão) - Pesquisa - Teses. I. Yukizaki, Suemy, 1952-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

CARLA EUGENIA FONSECA DA SILVA MARQUES DE NÓBREGA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/09/2011.



Suemy Yukisaki, Dra. UFRRJ



Cláudia de Oliveira Fernandes, Dra. UNIRIO



Amparo Villa Cupolillo, Dra. UFRRJ

DEDICATÓRIA

Àqueles que representam luz e significado na minha vida pessoal e profissional:

Aos meus Pais que me transmitiram valores e conhecimentos essenciais para minha formação pessoal, profissional e acadêmica, e acima de tudo são para mim exemplos de seriedade, perseverança, humildade e fé;

Aos meus irmãos e sobrinhos que se fazem presentes como incentivadores constantes nos diversos momentos de minha vida;

A Eduardo, presente de Deus, fonte de força, inspiração e acima de tudo companheirismo, por me impulsionar sempre, e por me fazer acreditar que o amor é princípio de tudo e essencial em qualquer projeto - pessoal, profissional, afetivo;

AGRADECIMENTO

A Deus, pela força maior que representa em minha vida, que me faz acreditar nas pessoas, na possibilidade de superação das dificuldades, no reconhecimento das falhas e das impotências, e por ser a energia necessária para seguir em frente nos momentos de fraqueza e dúvidas.

A minha mãe, exemplo de motivação, dedicação e profissionalismo com que sempre conduziu sua carreira como Professora e acima de tudo de força na condução da educação familiar.

Ao meu pai, exemplo de dedicação, honestidade; pelos ensinamentos e incentivo a aquisição do saber.

A Eduardo, marido, amigo e companheiro, essencial nos momentos de fragilidade no caminho percorrido para conclusão deste trabalho. Pelo apoio e incentivo e por sempre acreditar na minha capacidade de superação diante das dificuldades e pela compreensão nas ausências necessárias neste projeto.

À Velda pelo exemplo de conhecimento, dedicação e defesa do Ensino Agrícola, e por me proporcionar a oportunidade de realizar uma pesquisa tão instigante e representativa para toda comunidade escolar.

A todos os colegas de trabalho, pelo incentivo e apoio.

À Prof^a. Dr^a. Suemy Yukisaki, por acreditar no meu trabalho, pela atenção, e cuidado constante no desenvolvimento do trabalho e por se fazer sempre presente na condução apesar da distância.

A João Pereira e Marcio Melo pelas orientações e ajuda na formatação do trabalho.

As estagiárias de pedagogia do Campus Vitória de Santo Antão, Isabel, Priscila e Joselane, pelo apoio necessário e importante para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas da turma 2009.1 e aos colegas de viagem pelo companheirismo e apoio durante o mestrado: Isabelle, Rafael, pela companhia nas viagens ao Rio de Janeiro.

A Alessandra e Salete pelo exemplo de disciplina, perseverança e superação, e acima de tudo pelo incentivo nos momentos de incerteza.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), nas pessoas do Professor Doutor Gabriel de Araujo Santos e da Professora Doutora Sandra Sanchez por escrevem, com o PPGEA, uma nova página na história de inúmeros profissionais da Educação Profissional e no Ensino Agrícola.

Aos alunos e colegas servidores, que contribuíram, através de suas colocações, de forma efetiva com este trabalho.

Para definir uma política de governo... em uma sociedade complexa, absolutamente díspar sob os diversos ângulos, há que se ter os pés no chão: jamais esconder as verdadeiras causas do problema que se deseja enfrentar e resolver... para resolver problemas complexos não pode haver soluções simplificadas, sob o risco de se cair no simplismo analítico e propor medidas inadequadas, populistas, demagógicas, clientelistas. (Acácia Kuenzer)

RESUMO

NÓBREGA, Carla Eugênia Fonseca da Silva Marques de. **O processo de seleção de alunos para o ensino agrícola como política de inclusão: uma análise da experiência do Campus Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Pernambuco.** 2011. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2011.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no Campus Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Nossa pesquisa teve como objetivo analisar se o atual processo de seleção de alunos realizado pelo Campus Vitória de Santo Antão se constitui uma Política de Inclusão. Nos últimos anos, iniciativas estão sendo tomadas no sentido de permitir o acesso à educação e garantir a permanência na escola das camadas mais carentes, oferecendo-lhes um ensino de qualidade desde a educação infantil ao ensino superior. O Campus Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Pernambuco propôs, em 2006, mudanças no seu Processo Seletivo com a intenção de promover a inclusão social diante dos novos rumos assumidos pela Educação Profissional, no sentido de democratizar o acesso aos seus cursos e trazer para dentro dela a população rural para a qual as Escolas Agrotécnicas foram criadas. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados entrevistas, questionários, levantamentos de material documental e bibliográfico, tendo como principais sujeitos os concluintes do curso de Agropecuária do referido *Campus* no ano de 2010, a fim de identificar as razões que os levaram a escolher a escola e o curso pretendido. Entrevistamos, também, os servidores envolvidos nos diversos processos seletivos para compreender como estava sendo entendido e aplicado o conceito de Inclusão social nas fases distintas do Processo seletivo da escola. Realizamos, ainda, leitura de bibliografia pertinente ao tema da dissertação, para que pudéssemos contextualizar e embasar teoricamente nosso trabalho. Os resultados nos mostraram que é possível realizar um processo seletivo diferenciado do tradicional vestibular, e assim possibilitar o ingresso de jovens das camadas menos favorecidas, proporcionando-lhes o acesso ao ensino de qualidade, e garantindo sua permanência na escola. Reconhecemos que a iniciativa e o apoio da gestão são essenciais para uma proposta de mudança de paradigma no acesso ao ensino público de qualidade, que não esteja pautado apenas na valorização de aspectos meramente cognitivos. Os depoimentos de servidores e alunos mostram a visão positiva que a comunidade escolar tem do processo seletivo, ao tempo que apresentam sugestões e críticas para o seu aperfeiçoamento. Esperamos, com este trabalho, colaborar na elucidação de questões relativas à temática exame de seleção para ingresso de alunos nas escolas públicas, em um momento de redefinição, ampla discussão e falta de consenso da eficácia desses processos na democratização do acesso e na inclusão social. Acreditamos que, mesmo sem a pretensão de generalização, os resultados obtidos nessa pesquisa poderão servir de referência para outras Instituições de ensino que buscam implementar políticas e ações de Inclusão Social.

Palavras-chave: Ensino Agrícola; Inclusão Social; Democratização

ABSTRACT

NOBREGA, Carla Eugenia Fonseca da Silva Marques de. **The process of selecting students for agricultural education as a policy of inclusion: an analysis of the experience of the Campus Vitória de Santo Antão of the Federal Institute of Pernambuco.** 2011. 81p. Dissertation (Masters Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2011.

The present work is the result of a survey conducted the Campus Vitoria de Santo Antão of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco. Our research aimed to analyze whether the current selection process of students conducted by the Campus Vitoria de Santo Antão constitutes a policy of inclusion. In recent years, initiatives are being taken to allow access to education and ensure the permanence at school of the poor and offering them a quality education from early childhood education to higher education. The Campus Vitoria de Santo Antão of the Federal Institute of Pernambuco proposed, in 2006, changes in its selection process with the intention of promoting social inclusion on the new directions taken by the Vocational Education, to democratize access to their courses and bring inside the rural population for which the Agrotechnical Schools were created. We used as instruments for data collection interviews, questionnaires, surveys of documentary and bibliography material, with the main subject of the graduates of that course of Agricultural Campus in 2010 in order to identify the reasons that led them to choose the school and intended course. We interviewed, too, the servers involved in the various selection processes to understand how was being understood and applied the concept of social inclusion in different stages of the selection process of the school. We also performed a reading of literature pertinent to the dissertation topic, so we can contextualize our work and theoretical basis. The results showed us that are possible make a different selection process of the traditional college entrance exam, and thus enable the entry of young people from disadvantaged sections, giving them access to quality education and ensuring their stay in school. We recognize that the initiative and management support are essential to a proposal for a paradigm shift in access to quality public education, that is not based only on the valuation of purely cognitive aspects. The testimony of servers and show students the positive view that the school community have the selection process, while they show suggestions and comments for its improvement. We expect, with this work, collaborate on understanding the issues related to the selection test theme for admission of students in public schools, at a time of redefinition, the lack of extensive discussion and consensus of the effectiveness of these processes in the democratization of access and social inclusion. We believe that even without the intention to generalization, the results obtained in this study may serve as a reference for other education institutions looking to implement policies and actions for Social Inclusion.

Keywords: Agricultural Education; Social Inclusion; Democratization

LISTAS DE SIGLAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação
COAGRI	Coordenadoria Nacional de Ensino Agropecuário
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EP	Educação Profissional
IFs	Institutos Federais
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade Jovens e Adultos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENET	Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TECNEP	Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais
UNED	Unidade de Ensino Descentralizado
SESG	Secretaria de Ensino de Segundo Grau
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
DEA	Diretoria de Ensino Agrícola
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
SIG	Sistema de Informações Gerenciais MEC/SETEC

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição e Quantitativo de Cursos e Matrículas 2011.....	20
Tabela 2: Números de Candidatos ao Regime de Residência	21
Tabela 3: Distribuição de questões e pontuação da Avaliação aplicada no Processo Seletivo 2006	22
Tabela 4: Critérios utilizados para correção da Redação – Processo Seletivo 2006	23
Tabela 5: Critérios utilizados para correção do Questionário – Processo Seletivo 2006	23
Tabela 6: Critérios utilizados para avaliação dos questionários – Processo Seletivo 2007	26
Tabela 7: Critérios utilizados na correção da Prova de Redação – Processo Seletivo 2007 ...	26
Tabela 8: Quantidade de vagas ofertadas pelo Campus Vitória: 2005 a 2010	27
Tabela 9: Número de Inscritos nos Processos Seletivos: 2005 a 2010	27
Tabela 10: Número de matrículas dos Cursos do Campus Vitória no período de 2007 a 2010	30
Tabela 11: Número de alunos que Integralizaram os Cursos de Agropecuária e Agroindústria de 2005 a 2010.....	31
Tabela 12: Origem/Procedência dos alunos/sujeitos da pesquisa do Curso de Agropecuária 2010	31
Tabela 13: Procedência dos alunos/sujeitos da pesquisa quanto à localização da residência .	32
Tabela 14: Procedência dos alunos matriculados entre 2006 e 2010 no curso de Agropecuária do Campus Vitória quanto à localização da residência	32
Tabela 15: Profissão Exercida pelos Pais dos alunos/sujeitos da pesquisa	33
Tabela 16 Tipo de Escola em que os sujeitos da pesquisa haviam cursado o ensino fundamental	34
Tabela 17 Tipo de Escola em que os alunos matriculados no Curso de Agropecuária do Campus Vitória, no período de 2006 a 2010, haviam cursado o Ensino Fundamental.....	34
Tabela 18: Razões pelas quais os alunos escolheram o Curso de Agropecuária na inscrição para o Processo Seletivo	41
Tabela 19: Quadro Representativo da Participação dos Servidores nos Processos Seletivos no período de 2006 a 2010	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos Campi do IFPE.....	18
Figura 2 - Candidatos realizando a avaliação escrita	24
Figura 3 - Equipe realizando entrevista com candidato ao Regime de Residência.....	25
Figura 4 - Equipe realizando entrevista com pai de candidato ao regime de Residência	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I DO DIREITO À EDUCAÇÃO, DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO AGRÍCOLA	4
1.1 Do Direito à Educação.....	4
1.2 O acesso a Escola de qualidade	6
1.3 A Educação Profissional no Brasil à luz dos Decretos 2208/97 e 5154/2004.....	7
1.4 O Ensino Agrícola no Brasil.....	14
2 CAPÍTULO II DO LOCAL E DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	17
2.1 O <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Pernambuco - nosso espaço de Investigação	17
2.2 O Exame de Seleção como Política de Inclusão – nosso Objeto de Investigação	21
3 CAPÍTULO III A INVESTIGAÇÃO	29
3.1 Opções metodológicas.....	29
3.2 Os Alunos Sujeitos da Pesquisa	30
3.2.1 Perfil dos alunos	31
3.2.2 O processo seletivo e a inclusão sob a ótica dos alunos.....	34
3.3 Os Servidores Sujeitos da Pesquisa.....	45
3.3.1 O Processo Seletivo e a inclusão sob a ótica dos servidores do Campus Vitória: Impressões, Definições e Sentimentos	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
6 ANEXOS	60
7 APÊNDICE	76

INTRODUÇÃO

Nas recentes discussões sobre o Ensino Agrícola, ocorridas nos Seminários Regionais coordenados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), durante todo o ano de 2008, uma das questões presentes pautou-se no papel que as Escolas Agrotécnicas desempenham na sociedade e, em especial, no tipo de formação que essas escolas oferecem aos homens e mulheres do meio rural.

Esta discussão fez emergir outra preocupação: são realmente os jovens e as jovens do meio rural que constituem o corpo discente dos *Campi* Agrícolas, antigas escolas agrotécnicas?

Nos últimos anos o perfil do alunado que procura as escolas agrotécnicas tem mudado significativamente. Não é mais a busca de aprendizagens ligadas ao campo o principal fator de procura pelas escolas Agrotécnicas. A significativa diferença dessas escolas, em termos de estrutura física e qualificação do corpo docente em relação às escolas da rede pública estadual e municipal, tem trazido para dentro dessas escolas um alunado sem identificação com as questões do campo, mas muito preocupado em aproveitar a oportunidade de estudar em uma boa escola pública, capaz de oferecer o ensino médio de qualidade com possibilidade de ingresso no vestibular.

O tradicional processo seletivo realizado pelas escolas agrotécnicas, que consiste na aplicação de provas de conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática, tem colaborado com esse processo de distanciamento dos jovens e das jovens do campo, e mudado o perfil desse alunado para um perfil mais urbano, já que os alunos dos centros urbanos têm melhor desempenho nas provas de seleção que os alunos da zona rural, principalmente por terem maiores oportunidades de acesso aos diversos tipos de instrumentos que facilitam a construção do conhecimento, e até mesmo maior oportunidade de acesso à escola.

Tentando minimizar uma dívida social de longas décadas, o governo Luís Inácio Lula da Silva estabeleceu políticas e incentivou ações de inclusão social, tendo sido a educação um campo privilegiado. Nesse campo foram tomadas iniciativas no sentido de permitir o acesso à educação das camadas mais carentes, desde a educação infantil ao ensino superior.

No entanto, ao implementar propostas de inclusão, precisamos ter em mente que incluir significa construir uma autonomia que permita ao sujeito permanecer na realidade social mais ampla. Não significa, portanto, adaptar-se ao social.

“O que é necessário desbloquear são os mecanismos de exclusão que deixam à margem das condições mínimas de vida, em nosso caso, mais da metade da população, e, ao mesmo tempo, congelam ou retardam o próprio progresso técnico.” (FRIGOTTO, 1996, p. 174).

Quando o *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação de Pernambuco propôs, em 2006, mudanças no seu Processo Seletivo foi com a intenção de promover a inclusão social diante dos novos rumos assumidos pela Educação Profissional, no sentido de democratizar o acesso aos seus cursos e trazer para dentro dela a população rural para a qual as Escolas Agrotécnicas foram criadas¹. O Exame Seletivo do *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Pernambuco como política de inclusão vem sendo realizado desde 2006, e não havia passado por nenhuma avaliação.

Por esta razão, nos propusemos realizar um estudo com este objetivo: **analisar se o atual modelo de processo de seleção de alunos realizado pelo *Campus* Vitória de Santo Antão se constituía, de fato, uma Política de Inclusão.**

¹A Escola Agrotécnica de Vitória de Santo Antão passou a Integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco pela Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Duas perguntas nortearam nossa investigação: esse novo modelo de processo seletivo tem permitido, realmente, o ingresso dos jovens oriundos do campo, filhos de agricultores e que se identificam com o curso pretendido? Os alunos que ingressaram mediante esse novo modelo de seleção desejam utilizar os conhecimentos adquiridos para transformar e desenvolver o meio em que vivem?

Como pedagoga da Instituição desde 2004, atualmente exercendo a função de Diretora do Departamento de Desenvolvimento Educacional, e tendo acompanhado todo o processo de discussões e implantação das mudanças, fui motivada pelas inquietações advindas de tais questionamentos por perceber a importância de se assegurar que o *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco mantenha sua característica de atender aqueles que realmente precisam da profissionalização para mudar sua realidade social.

Com este propósito, utilizamos como instrumentos de coleta de dados entrevistas, questionários, levantamentos de material documental e bibliográfico, tendo como principais sujeitos os concluintes do curso de Agropecuária no ano de 2010, a fim de identificar as razões que os levaram a escolher a escola e o curso pretendido.

Entrevistamos, também, os servidores envolvidos nos diversos processos seletivos com o intuito de compreender como estava sendo entendido e aplicado o conceito de Inclusão social nas fases distintas do Processo seletivo da escola.

Realizamos, ainda, leitura de bibliografia pertinente ao tema da dissertação, para que pudéssemos contextualizar e embasar teoricamente nosso trabalho.

No primeiro capítulo, intitulado *Do direito à Educação, O acesso a escola de qualidade, da Educação Profissional e Ensino Agrícola*, nos amparamos nos estudos teóricos sobre o direito à educação, sobre a democracia, e sobre a função social da escola presentes em Maria Tereza Uille Gomes, Norberto Bobbio, Lúcia Maria Wanderley Neves e Luna Galano Mochcovitch.

Ainda no primeiro Capítulo buscamos contextualizar nossa problemática através da história da educação profissional e do ensino agrícola, nos valendo dos escritos de Acácia Kuenzer, Silvia Manfredi, Dermeval Saviani e Frigotto *et alii* para compreender os desafios e as transformações na educação profissional nos últimos anos. Debruçamo-nos, especialmente, nas mudanças advindas do Decreto nº 2208/97, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e do Decreto nº 5154/2004, no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e suas implicações na educação profissional e no ensino agrícola.

No segundo capítulo, *Do Local e do Objeto de Investigação*, discorreremos sobre o Campus Vitória de Santo Antão – nosso espaço de investigação e as mudanças no processo seletivo, tendo em vista a inclusão de jovens das classes menos favorecidas. Enfatizamos as inquietações que antecederam a decisão, os desafios enfrentados a partir de sua implantação e as ações implementadas pela escola a fim de garantir a permanência dos alunos provenientes de escolas públicas e oriundos da zona rural, que ingressam na escola e apresentam inúmeras dificuldades decorrentes da baixa qualidade da educação ofertada no ensino fundamental.

No terceiro capítulo apresentamos as opções metodológicas que adotamos no decorrer da investigação e, consequentemente, enfatizamos os resultados obtidos a partir dos dados coletados nas análises documentais e das opiniões dos alunos e servidores sujeitos da pesquisa, destacando a visão dos mesmos sobre o processo seletivo e a inclusão social.

Com esse trabalho esperamos colaborar na elucidação de questões relativas à temática exame de seleção para ingresso de alunos nas escolas públicas, em um momento de redefinição, ampla discussão e falta de consenso da eficácia desses processos na democratização do acesso e na inclusão social.

Considerando que não existe uma ampla literatura sobre o ensino agrícola, acreditamos, também, que possamos ajudar na ampliação das construções teóricas nessa área.

Por fim, acreditamos que, mesmo sem a pretensão de generalização, os resultados obtidos nessa pesquisa poderão servir de referência para outras Instituições de ensino que buscam implementar políticas e ações de Inclusão Social.

1 CAPÍTULO I

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO AGRÍCOLA

1.1 Do Direito à Educação

Numa visão gramsciana o exercício pleno da cidadania está intimamente ligado à Educação. O acesso à Educação possibilita ao indivíduo uma tomada de consciência de seus direitos e deveres, possibilitando ao mesmo participar ativamente das decisões sociais e políticas, além de oportunizar a preparação para o mundo do trabalho, onde seria capaz não apenas de desenvolver um trabalho formal, mas também de concorrer com a classe dominante, mediante a ampliação de oportunidades e condições de igualdade em sociedade. A respeito disso, Neves (2004) afirma:

Para Gramsci todos os homens são filósofos, são intelectuais. Todos os homens têm uma concepção de mundo, integram organismos sociais, trabalham, realizam uma atividade criadora qualquer, deliberam sobre os rumos de sua vida. Todos os homens são intelectuais em sentido amplo. (NEVES, 2004)

Poderíamos dizer, então, que a Educação constitui-se no meio de preparar o ser humano para exercer sua cidadania de maneira digna e ativa, obter formação profissional e humana, ter conhecimento de seus direitos e deveres e conquistar melhores condições de vida. Segundo Gomes (2009):

...educação e direitos humanos constituem-se em uma associação imprescindível para consolidar a dignidade da pessoa humana e permitir que reine a igualdade, a liberdade, a justiça e a Paz Social. A educação é um direito humano universal ou um direito fundamental social que exige aplicação imediata. (GOMES, 2009, p. 45)

Vivemos numa sociedade democrática, portanto a garantia dos direitos fundamentais faz-se condição *sine qua non*, e “atribuir a alguém um direito significa reconhecer que ele tem a faculdade de fazer ou não fazer algo conforme seu desejo” (BOBBIO, 2005, p.11). O art. 205 da nossa Constituição Federal diz que:

A educação, direito de todos e **dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, grifo nosso)

O dever do Estado de que trata o Art. 205 limita-se muitas vezes a uma educação precária para os filhos dos trabalhadores e outra de qualidade para os filhos da burguesia que são preparados para assumirem funções de comando, de poder e de tomada de decisões acerca da condução social, numa prova consubstancial da desigualdade presente em nosso país.

No entanto, BOBBIO, contempla o significado ético da palavra democracia² como “o ideal em que um governo democrático deveria se inspirar, que é o da igualdade” (BOBBIO, 2005, p. 38) – fundamentando a igualdade prevista, não apenas na nossa Constituição em seu Art. 5º que assegura *a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*, mas também na Declaração Universal dos direitos do Homem e do cidadão de 1789, que diz no seu Art. 1º: *Os homens nascem e devem permanecer livres e iguais em seus direitos*.

Ao revisitarmos a história da Educação no Brasil, inclusive da Educação Profissional, constatamos que este princípio básico garantido em Lei não se concretiza na prática. A Educação brasileira, dos Jesuítas ao tempo atual, sempre foi privilégio de poucos, tanto no que diz respeito ao acesso quanto à permanência e sucesso na Escola, reproduzindo as desigualdades sociais e a ideologia da classe dominante. Moschcovitch (2004) relembra que:

O grande pensador marxista italiano Antonio Gramsci, porém, nos diz algo diferente sobre a escola e a sua função: ela pode ser, em certa medida, transformadora, sempre que possa proporcionar às classes subalternas os meios iniciais para que, após uma longa trajetória de conscientização e luta, se organizem e se tornem capazes de “governar” aqueles que as governam. (MOCHCOVITCH, 2004, p. 7)

Garantir a todos o acesso à educação pública e de qualidade deve ser entendida como meta principal de qualquer sociedade que busque o desenvolvimento, já que a educação “é um direito humano universal, é a chave para a diminuição da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, é um dever do Estado, da sociedade, da família” (GOMES, 2009, p. 49). Indubitavelmente, somente através dela o indivíduo pode se reconhecer como um cidadão ativo, conhecer de direitos e deveres e capaz de cobrá-los e respeitá-los. Ainda segundo Gomes (2009):

A educação é um instrumento ideológico poderoso, capaz de instrumentalizar a sociedade para uma revolução humana enquanto política de inclusão social, pois permite a formação humanística e científica, não para reproduzir o interesse do poder hegemônico, mas sim, para transmitir e ampliar o conhecimento, estimular o sentimento, a percepção dos valores e o juízo crítico em relação à forma e a finalidade do exercício do poder. (GOMES, 2009, p. 48)

Sendo assim, o acesso à educação como política de inclusão representa a revolução necessária para que os excluídos socialmente tenham uma oportunidade efetiva de partilhar os mais vastos conhecimentos que envolvem o estudo da filosofia, da sociologia, das línguas, das disciplinas exatas, entre outras, além de vivenciar ativamente a cultura, a arte e os valores humanos. Ao trilhar o caminho da educação, poderá ser e agir como um cidadão ativo, digno, que pensa e é capaz de participar como sujeito histórico das mudanças sociais, e não apenas observar passivamente a construção, pelos outros, dos rumos da sociedade em que vive. Nesse aspecto, corroboramos Gomes (2009):

...a tarefa deve ser a de viabilizar os meios para que todos, indistintamente, tenham condições de acesso à educação de qualidade, acabando com o quadro de exclusão do sistema escolar e lutando pela qualidade do ensino.

² Em seu livro *Liberalismo e Democracia*, Norberto Bobbio define o termo “democracia” diferenciando seu significado jurídico-institucional e o ético. O primeiro “coloca em maior evidência o conjunto de regras cuja observância é necessária para que o poder público seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos”, o segundo, “o ideal em que o governo deveria se inspirar que é o da igualdade”, em síntese, diferenciando a democracia formal da democracia substancial, a democracia como governo do povo da democracia do governo para o povo”. (BOBBIO, 2005, p. 37-38)

A efetivação do direito humano à educação se faz pela igualdade nas oportunidades e condições de acesso ao sistema escolar e ao ensino de qualidade, com ênfase no valor da dignidade da pessoa humana. (GOMES, 2009, p. 73)

1.2 O acesso a Escola de qualidade

A garantia de acesso à escola não está relacionada apenas ao aumento do número de vagas, pois é preciso lembrar que a ampliação de vagas deve vir acompanhada de uma infraestrutura física e condições acadêmicas adequadas para a aprendizagem (como, por exemplo, currículos atualizados; práticas pedagógicas voltadas para a superação das dificuldades apresentadas pelos alunos; formação dos professores; e participação da família), aspectos que muitas vezes são esquecidos pelo poder público. Segundo Haddad *et alii*, (2006):

Esses problemas sempre caracterizaram a expansão do ensino básico no país, obtida a custo da superutilização dos prédios escolares, multiplicando os turnos diários de funcionamento, inclusive noturnos, comprimindo turmas, atulhando salas de aula e assim também agravando as condições do trabalho docente, principalmente nas escolas situadas nas áreas mais pobres. Ocorreu e ocorre com o ensino fundamental, está ocorrendo agora com o ensino médio e sempre marcou o atendimento às crianças pequenas na educação infantil e a educação de jovens e adultos (EJA). (HADDAD *et alii*, 2006, p.105-106)

Da mesma forma, não podemos falar em promover o acesso à escola sem a preocupação com o sucesso e permanência nela. Por isso, quando falamos de acesso, enfatizamos *acesso à escola de qualidade*, falamos de uma escola que esteja preocupada em incluir de forma plena, ou seja, que esteja disposta a mudar sua estrutura didático-pedagógica a fim de tornar-se realmente um espaço de inclusão, garantindo àqueles que sempre estiveram à margem da sociedade, os mais desprovidos cultural e economicamente, o ingresso na escola e sua permanência e evolução no interior dela.

O ingresso, sem a preocupação posterior com a permanência e sucesso do aluno na escola, pode resultar numa exclusão maior que a exclusão vivenciada anteriormente por aquele, pois haverá a decepção frente ao fracasso de não seguir adiante, de não conseguir aproveitar a oportunidade alcançada. Ao tratarmos de escola de qualidade corroboramos com Hoffman (2008):

Qualidade em educação não significa apenas propiciar-lhes a escolarização, mas acesso, de fato, aos bens culturais da sociedade, acesso à cidadania, acesso à universidade, acesso a uma profissão, enfim, acesso à aprendizagem que propiciará tudo isso. Significa, dessa forma, permanência! Uma educação básica com o direito a permanência na escola por nove anos é o que precisamos alcançar, à semelhança dos países desenvolvidos: uma escola que receba todas as crianças e jovens brasileiros e que vá além do que hoje se vê, ou seja, que lute, efetivamente, para a melhor aprendizagem possível desses estudantes durante o tempo que lhes é de direito, alcançando, nesse espaço para eles constituído, uma formação moral e intelectual dignas. (HOFFMAN, 2008, p. 65-66)

E nos apoiamos na definição de qualidade assumida por Libâneo *et alii* (2011):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e do

desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Qualidade é, pois, conceito implícito à educação e ao ensino. (LIBÂNEO *et alii*, 2011, p. 143-144)

Libâneo *et alii* (2011) nos traz ainda a seguinte contribuição a respeito da qualidade da educação:

Na reflexão e no debate sobre a qualidade da educação e do ensino, os educadores têm caracterizado o termo qualidade com os adjetivos social e cidadã – isto é, qualidade social, qualidade cidadã –, para diferenciar o sentido que as políticas dão ao termo. Qualidade social da educação significa não apenas diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover. Ser cidadão significa ser partícipe da vida social e política do País, e a escola constitui espaço privilegiado para esse aprendizado, e não apenas para ensinar a ler, a escrever e a contar, habilidades importantes, mas insuficientes para a promoção da cidadania. (LIBÂNEO *et alii*, 2011, p. 145)

A escola de qualidade, como vemos, vai muito além da expansão de vagas, da diminuição da evasão e da repetência, pois a qualidade perpassa pela reestruturação curricular que atenda, não aos interesses dos grandes blocos econômicos internacionais, e sim aos interesses da maioria da população, e que esteja preocupada em preparar os jovens para terem uma atuação social mais ativa, conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática. De acordo com Kuenzer (2009):

A melhoria das condições de sucesso e permanência dos estudantes depende de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade de ensino: em equipamentos, em ampliação do espaço físico, na qualificação permanente dos professores. Entretanto, nada será suficiente se não houver um rigoroso esforço na reconstrução da proposta político-pedagógica da escola, tendo em vista as demandas de educação do jovem e da sociedade, em face da nova realidade da vida social e produtiva. (KUENZER, 2009, p. 45)

Com educação de qualidade a escola pode, como acreditava Gramsci, provocar uma mudança de mentalidades e concretizar uma revolução desarmada, já que seria capaz de formar, não apenas para o exercício de um ofício, mas para o conhecimento real deste ofício, a sua história, seu papel econômico e importância na sociedade.

1.3 A Educação Profissional no Brasil à luz dos Decretos 2208/97 e 5154/2004

A Educação Profissional (EP) no Brasil vem sofrendo, ao longo de sua história, profundas transformações decorrentes das constantes mudanças sociais e políticas. Não há como desvincular a educação *no e para* o trabalho das exigências sociais, políticas e econômicas. Souza (2004) destaca:

...as políticas públicas de educação profissional são uma resposta simultânea às necessidades de valorização do capital e de mediação política dos interesses antagônicos que perpassam a sociedade urbano-industrial. Assim, a educação profissional tem respondido, de modo específico, às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que tem se constituído em um espaço de significativo potencial contra-hegemônico para a classe trabalhadora, na medida em que, através da ampliação das oportunidades de acesso ao conhecimento, abre novas

possibilidades de organização e luta por educação para a classe trabalhadora. (SOUZA, 2004, p13)

No período colonial os colégios e residências dos jesuítas foram os primeiros espaços de formação profissional, denominados “escolas-oficinas”, voltados para ensinar aos índios ofícios como carpintaria, ferraria, construção, serviços ligados à execução das tarefas domésticas, entre outras. Os Jesuítas também construíram escolas para os colonizadores, que eram preparados para assumirem “funções mais qualificadas”, que exigiam trabalho intelectual para ocupar as altas posições no comércio, na política e na economia. Com o advento do sistema escravocrata no país prevaleceu ainda mais a ideia de que o trabalho que exigia esforço físico e manual era um trabalho “desqualificado”, destinado aos negros, mestiços e brancos pobres.

Assim, historicamente, a educação profissional foi marcada por uma ideologia excludente, em que a qualificação dos “desvalidos da sorte” objetivava tornar digna a pobreza, legitimada pelas iniciativas na área de educação promovidas pelo Estado e pela iniciativa privada, que se constituíam em mecanismos de disciplinamento das classes populares. Portanto, o acesso à Educação está ligado a uma concepção assistencialista e compensatória, não no sentido de promover a todos uma educação de qualidade e formadora de cidadãos plenos. De um lado, temos uma escola voltada para a formação de intelectuais e futuros dirigentes, providos de uma base cultural e científica, e do outro uma escola destinada àqueles que exercerão atividades menos qualificadas, mas necessárias ao sistema produtivo. A respeito disso, Frigotto *et alii* (2004) afirmam:

Desde o início, todavia, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a necessidade de uma educação dual: uma escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e outra pragmática, instrumental e de preparação profissional para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes. (FRIGOTTO *et alii*, 2004, p.03)

Nesse sentido, a Educação Profissional só vem tornar-se responsabilidade pública em 1909, no governo de Nilo Peçanha, com a criação das escolas de artes e ofícios, mantidas pelos governos estadual e federal, foram implantadas nos estados levando em consideração critérios políticos e econômicos e muito mais que uma preocupação em atender as demandas advindas do desenvolvimento industrial, elas tinham uma finalidade moral intrínseca “de educar pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua” (KUENZER, 2009, p. 27). Portanto, a evolução histórica da Educação Profissional no Brasil é marcada pelo seu caráter dualista e pelo atendimento às demandas do mercado, como podemos constatar por meio das diversas Legislações:

1931 - Reforma Francisco Campos – Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário – “o ensino secundário passa a ter dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos; este último visando à preparação para o curso superior” (ARANHA, 1996, p. 201); e o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931: que organiza o Ensino Comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências.

1942 - Reforma Capanema – mediante de oito decretos-leis³, denominados Leis Orgânicas do Ensino, o ensino secundário foi reestruturado e foram criados o SENAI (1942) e o SENAC (1946). Saviani (2007) assim define a reforma Capanema:

...O ensino médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos, o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, com a duração de três anos e, horizontalmente, nos ramos secundário e técnico-profissional. O ramo profissional subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha interface com o secundário.

Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social. (SAVIANI, 2007, p. 269)

As reformas citadas deixaram claro o caráter elitista e dualista da educação, baseado no sistema produtivo: uma formação que garantia o acesso ao nível superior para aqueles que exerceriam funções de dirigentes, e uma formação para a classe trabalhadora através de cursos profissionalizantes que não davam acesso ao nível superior.

1961 - Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 4.024/1961 – Não modifica a estrutura implantada pela Reforma Capanema, mas avança ao permitir a equivalência dos cursos. A respeito da primeira LDB, Kuenzer (2009) avalia:

Pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos. Da mesma forma, os cursos do SENAI e SENAC podem ser organizados, cumpridas as exigências legais, de modo a equivaler aos níveis fundamental e médio.

Embora se constitua em inequívoco avanço, a equivalência não supera a dualidade estrutural, uma vez que continuam a existir dois ramos distintos de ensino, para distintas clientela, voltados para necessidades bem definidas da divisão de trabalho, de modo a formar trabalhadores instrumentais e intelectuais através de diferentes projetos pedagógicos.” (KUENZER, 2009, p. 29).

1971 - Lei nº 5.692/71 – Estabeleceu a articulação entre os níveis de ensino; o currículo é organizado por meio de um núcleo comum e uma parte diversificada; o ensino profissionalizante inicialmente tornou-se obrigatório no segundo grau, depois mediante diversos pareceres a obrigatoriedade foi flexibilizada e retornou-se ao modelo anterior: “escolas propedêuticas para as elites e profissionalizantes para os trabalhadores” (KUENZER, 2009, p.30).

³ Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI (Serviço nacional de aprendizagem industrial); Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC (Serviço nacional de aprendizagem comercial); Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

1996 - Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: a educação profissional passa a ser independente do Ensino Médio. Em relação à atual LDB, concordamos com a crítica lançada por Pino (2002):

Com a aprovação da nova LDB, foram abertos os espaços necessários para a institucionalização, novamente, da dualidade estrutural na educação brasileira, através da pulverização de políticas e sistemas de ensino. Com a mesma gravidade, para reformar o ensino técnico e tecnológico, o governo se utiliza de instrumentos legais extremamente antidemocráticos e, ao mesmo tempo, frágeis. Isto é, foram utilizados uma Medida Provisória, um Decreto Presidencial e uma Portaria Ministerial⁴. Portanto, esta profunda reforma se assenta em mecanismos autoritários, passíveis de serem substituídos apenas com a caneta do presidente da República, pois os mecanismos legais que fundamentam a reforma não passam pela aprovação do Congresso Nacional. (PINO, 2002, p. 78)

Considerando que o nosso objetivo não é o aprofundamento da história da Educação profissional no Brasil, uma vez que já existe uma ampla e qualificada literatura nessa área, enfatizaremos o recorte histórico das duas últimas décadas referente às mudanças na Educação profissional advindas dos Decretos nº 2208/97, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e do nº 5154/2004 no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que marcam experiências distintas, mas que exerceram grande influência no trabalho realizado pelas escolas que ofertam a Educação Profissional.

O Decreto nº 2.208/97, instituído no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “é fruto de um processo histórico de disputas político-ideológicas empreendidas no âmbito da sociedade brasileira” (MANFREDI, 2002, p.114), atendendo a uma tendência mercadológica que exigia mudanças na Educação nacional. Segundo Saviani (2007):

... a base da pedagogia tecnicista são os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, dos quais deriva o corolário relativo à obtenção do máximo resultado com o mínimo de dispêndios. Esse objetivo, que na década de 1990 assume uma nova conotação: advoga-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não-governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. Seguindo essa orientação, as diversas reformas educativas levadas a efeito em diferentes países apresentam um denominador comum: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não-governamentais. (SAVIANI, 2007, p. 436)

O Decreto nº 2.208/97, instituído no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, afetou consideravelmente a Educação Profissional ao obrigar a independência do ensino médio em relação ao técnico. O novo modelo imposto pelo Decreto impediu a oferta do Ensino Médio integrado ao técnico:

“Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:
I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentes de escolaridade prévia;

⁴ Brasil. Decreto nº. 2208 de 17/04/97; BRASIL. Medida Provisória nº 1549-28 de 14/03/97; BRASIL. Portaria MEC nº 646 de 14/05/97.

II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

[...]

Art. 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. ”(BRASIL, 2001, p.52, grifo nosso)

A separação entre a educação profissional e ensino médio estava intimamente ligada à redução de gastos: já que as análises apontavam que as escolas profissionalizantes de ensino secundário exigiam altos investimentos do governo, reduzir o tempo do aluno na escola significava redução de gastos para os cofres públicos.

Assim, as Escolas que ofertavam o ensino médio integrado ao técnico se viram obrigadas a adotar o novo modelo de currículo imposto pelo Decreto, já que o recebimento de recursos do governo para a Educação Profissional estava condicionado à adesão à reforma, medida que revela o pensamento neoliberal do governo e das forças que o apoiavam. Concordamos com Frigotto (1996):

“...ao examinarmos a proposta de Educação técnica e profissional veiculada pelos organismos ligados aos empresários, direta ou indiretamente, percebemos, mais claramente, o limite e estreiteza das elites na luta para ter o controle privado desta modalidade de ensino, mesmo quando este é mantido pelo Estado. A luta destas elites, com o apoio da maior parte das direções das escolas técnicas e setores atrasados do próprio magistério e funcionários, é de manter o sistema de ensino técnico-industrial como enclave no sistema de educação.” (FRIGOTTO, 1996, p.161)

De forma resumida, podemos dizer que, com a homologação do Decreto, o governo impôs à Educação profissional as seguintes marcas: a. Dualidade entre ensino regular e profissional; b. “Encurtamento” do tempo de formação profissional; c. Caráter de terminalidade; d. Substituição do docente pelo instrutor; e. Redução drástica do oferecimento de vagas no ensino médio nas Instituições Federais de Ensino Profissionalizante; f. Organização Curricular em módulos; g) Avaliação por competências. Ressaltamos que, dentre essas marcas, uma que demonstra o quanto a Educação Profissional procurou adequar-se às demandas do processo produtivo foi a obrigatoriedade de as escolas organizarem o currículo por competências. A esse respeito Maués *et alii* (2008) complementam:

Outra determinação do Decreto 2.208/1997 foi a obrigatoriedade das escolas em adotar o currículo por competências, como organização capaz de melhorar a eficiência das instituições educacionais. Outra determinação relacionada ao aspecto da eficiência empresarial foi a obrigatoriedade curricular de organização de saídas intermediárias no caso de cursos organizados por módulos. Em relação às medidas adotadas visando redução de custos está a determinação de que a estrutura curricular defina saídas intermediárias do curso, permitindo a paulatina

obtenção de certificados de qualificação, que em conjunto equivalerão ao diploma de técnico. (MAUÉS *et alii*, 2008, p. 111)

A organização do currículo por competências configurou-se, acima de tudo, num insulto à LDB, posto que desconsidera princípios como a autonomia e a liberdade de ideais pedagógicos. Ferreti (2008) esclarece:

As dificuldades encontradas remetem à tentativa de produzir a transição de um modelo pedagógico assentado sobre o ensino de conteúdos disciplinares para outro que prioriza o desempenho, expresso sob a forma de competências e habilidades, conferindo àqueles conteúdos outros atributos. O excesso de foco no domínio do conceito de competência e, por isso mesmo, a ênfase na distinção dele em relação a outros conceitos afins pode estar impedindo uma compreensão mais clara do que é pretendido. (FERRETTI, 2008, p.20)

Vale destacar que a proposta de organização do currículo por competências não foi bem exposto pelo sistema e, portanto não foi bem aplicada pelas escolas; a maioria utilizou a avaliação por competências em mera transcrição de verbetes na redação de planos e relatórios.

De todo modo, como consequência desse novo modelo podemos destacar, dentre todos os impactos causados na Educação Profissional ao longo dos anos em que o Decreto esteve em vigor, o distanciamento entre a Educação profissional e o cumprimento do seu papel social, visto que as escolas de educação profissional passaram a ser procuradas pelo ensino de qualidade que ofertavam e que possibilitava o preparo para o vestibular e não pela oferta do Ensino técnico. O Decreto acima de tudo reforçou a dualidade do ensino, uma vez que favorece a alguns o exercício da intelectualidade e a outros a formação estritamente técnica. De acordo com Ferreti (2008) e Frigotto, Ciavatta, Ramos (2004)

A crítica à proposta foi a de que, colocada em prática, promoveria a cisão teoria prática pela ampliação do fosso já existente, nas escolas técnicas, entre formação geral e específica, apesar de ofertadas no mesmo estabelecimento, e pela segmentação que introduziriam na formação técnica, reduzindo-a a um somatório de qualificações específicas. (FERRETTI, 2008, p.18)

Frigotto *et alii* (2004) também comentam:

Esta dualidade e a articulação da educação básica com a formação profissional se efetivam, em diferentes sociedades, de forma diversa, dependendo dos seus processos históricos e das relações de força entre grupos, classes e frações de classe internamente e na sua posição nas relações internacionais. (FRIGOTTO *et alii*, 2004, p.04)

Entretanto, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva assumiu uma nova postura em relação à educação profissional, entendendo-a como importante “*mecanismo de capaz de elevar a posição do País no cenário competitivo mundial, desviando a compreensão de que a riqueza de uma nação está localizada nas mãos de quem detém os meios de produção*” (MAUÉS *et alii*, 2008, p. 116).

Assim, a educação profissional passou a fazer parte das Políticas Públicas do Governo visando à redução da desigualdade social e ao desenvolvimento do país. Maués *et alii* (2008),

ao analisarem o documento intitulado *Políticas Públicas para Educação Profissional*, elaborado em 2004, enfatizam que

...é realçada a importância da articulação entre os sistemas de ensino, as agências formadoras e o mundo do trabalho, no sentido de propiciar uma formação que contemple o “caráter técnico -científico e sócio -histórico; o reconhecimento do saber que o trabalhador adquire no exercício da profissão, oferecendo-lhe assim condições de continuidade dos estudos, bem como de certificação formal”.

Entre os princípios gerais, destacam-se a “educação profissional e tecnológica como estratégia para o desenvolvimento tecnológico do país; o comprometimento com a redução das desigualdades sociais, que se manifestam na distribuição de renda, de bens e serviços, na discriminação de gênero, de cor, de etnia, de acesso à justiça e aos direitos humanos, assumindo o desenvolvimento econômico como elemento fundamental na redução das desigualdades extremas; a incorporação da educação básica (fundamental e média) como um direito garantido; comprometimento com uma escola pública de qualidade. (MAUÉS *et alii*, 2008, p. 116)

O Decreto nº 5.154/04, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, revogou o Decreto nº 2.208/97, tendo como principal marca a possibilidade do retorno da integração da Educação profissional de nível técnico com o ensino médio, possibilitando também que fosse ofertada de forma concomitante.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio [...].

[...]

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2005, p.6)

Segundo Frigotto (2005, p. 43), “[...] o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.”

O Decreto nº 5.154/04 foi um dos primeiros passos para a definição de novas políticas públicas para a Educação Profissional, chamando a participação da sociedade com debates públicos, como a Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica e o Seminário Nacional do Ensino Agrícola. O pensamento do então Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Eliezer Pacheco (2008), ajuda-nos a esclarecer aonde o governo queria chegar:

“Quanto à SETEC, o conteúdo do nosso trabalho procura afirmar a possibilidade que possui o gestor público, de administrar e transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão, emancipação e da radicalização democrática. O restabelecimento do ensino Médio integrado numa perspectiva politécnica é fundamental para que estes objetivos sejam alcançados.”

Há de se destacar que os avanços na Educação Profissional na última década são incontestáveis, mas ainda amparadas por meio de decretos e pareceres que a tornam frágeis, visto que a mudança depende única e exclusivamente da vontade política do governo que estiver à frente do País. Faz-se, portanto, urgente a definição de Políticas Públicas efetivas e amparadas em Leis mais sólidas que garantam a continuidade das mesmas e a ampla discussão política e social, a fim de garantir o direito uno a Educação de qualidade para todos que dela precisam e promover a verdadeira inclusão social.

1.4 O Ensino Agrícola no Brasil

Como destacado no item anterior, o Ensino agrícola no Brasil também sofreu as influências políticas e econômicas ao longo da história da Educação Profissional. Tendo seu início marcado muito mais pelo interesse político de moralizar os “pobres e desvalidos da sorte” e como mecanismo de conter o êxodo rural, o ensino agrícola vem a ser tratado por meio de legislação apenas em 1961, com a aplicação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, quando surgem os Colégios Agrícolas, que formavam Técnicos em Agricultura em cursos com a duração de 3 anos, no 2º ciclo do então ensino colegial.

Até então, o Ensino Agrícola fazia parte da pasta do Ministério da Agricultura, e somente em 1967 o Ministério da Educação o assumiu, sob a responsabilidade da DEA – Diretoria de Ensino Agrícola e, atendendo a às prioridades econômicas e sociais, veio a reformular essa modalidade de ensino e implantar a metodologia do sistema escola-fazenda, baseada no princípio do “aprender a fazer e fazer para aprender”, pautado no processo ensino/produção.

Em 1973, pelo decreto nº 72.434, de 09 de julho, foi criada a COAGRI⁵, que possuía autonomia financeira e administrativa e tinha o objetivo de proporcionar assistência técnica e financeira a instituições especializadas em ensino agrícola do MEC.

No entanto, a COAGRI foi extinta em 1986 e o ensino agrícola de 2º grau passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Segundo Grau – SESG. Nas décadas seguintes o ensino agrícola passou a ser subordinado à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENET), depois denominada Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) - na década de 90; e na década de 2000, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

⁵ Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola

No âmbito da Educação Profissional de nível técnico o Ensino Agrícola ofertado pelas Escolas Agrotécnicas Federais⁶ tem algumas peculiaridades que o diferencia dos cursos técnicos profissionalizantes ofertados pelos antigos CEFETs: uma delas é o Regime de Internato, sistema necessário para atender a demanda da sua clientela que, na grande maioria, são alunos filhos de agricultores e oriundos da zona rural, com vivência no mundo rural e que já chegam às escolas com um saber acumulado na prática com seus familiares. Assim, com o internato, as Escolas Agrotécnicas cumprem uma função social.

O Ensino Agrícola no Brasil também foi muito influenciado pelas mudanças advindas do Decreto nº 2.208/97, já tratado anteriormente, ao separar do ensino profissional do ensino médio as escolas técnicas e agrotécnicas continuaram ofertando o ensino médio regular e os cursos subsequêntes e concomitantes, o que atraiu para o seu interior alunos interessados no ensino médio de qualidade e a preparação para o vestibular. No caso específico das escolas agrotécnicas observou-se um grande número de alunos oriundos das escolas urbanas e sem nenhuma “afinidade” com o trabalho do campo. A respeito disso, Pino (2002) afirma:

... A imposição do governo federal acabou com os cursos técnicos tradicionais e a estrutura existente nas escolas técnicas e agrotécnicas federais. Uma das questões centrais da reforma é a obrigação das escolas separarem o ensino regular médio da formação técnica⁷. Ao retirar a formação profissional do sistema formal de educação, a reforma aprofunda a separação entre a escola e o mundo do trabalho, retornando a uma situação existente até o ano de 1961⁸, quando não havia equivalência entre o diploma de nível médio e o de ensino técnico. Com isso, a reforma dá um novo impulso ao caráter capitalista da escola. (PINO, 2002, p. 78-79)

... Ao separar de forma definitiva o ensino técnico do ensino médio, o que o governo faz é impulsionar o caráter capitalista da escola, de reprodução da divisão social do trabalho. (PINO, 2002, p. 79)

O Decreto nº 2.208/97 refletia o caráter político e econômico do governo na década de 90, através de medidas educacionais que visavam à redução dos gastos públicos. Nesse contexto, as escolas agrotécnicas, consideradas de alto custo, foram bastante afetadas com a redução dos investimentos nas escolas da rede federal, o que causou o sucateamento dos seus setores de produção. A respeito disso, MAUÉS *et alii* (2008) esclarecem:

... essas modificações na educação profissional, no final dos anos 1990, constituem ajuste econômico e ideológico, visando, de um lado, a redução de custos restabelecimento do caráter produtivista⁹ da educação e, de outro, à contenção de possíveis tensões sociais num período crítico do capitalismo brasileiro, em que se estabelece o neoliberalismo com sua exaltação à competitividade esgarçada pelo individualismo, abandonando-se o modelo nacional desenvolvimentista no qual o Estado enfatiza as políticas sociais. (MAUÉS *et alii*, 2008, p. 111)

Nos últimos anos, após a revogação do citado decreto, o Ensino Agrícola vem tomando outro corpo por meio de estudos e discussões sobre os seus rumos. As antigas

⁶ Em 1979 as Escolas Agrícolas passam a denominar-se Escolas Agrotécnicas Federais.

⁷ Brasil. Decreto n. 2208, 17/04/97, art. 5º.

⁸ Esta situação foi alterada pela Lei n. 4024/61.

⁹ No cenário acadêmico brasileiro, críticas foram feitas à Reforma, destacando o seu caráter produtivista, expresso na formação por competências, cujas perspectivas se restringem ao mercado. O ideário de competências e habilidades limita-se às necessidades do mercado e não mais se fundam no horizonte da educação com o um direito subjetivo de todos, mas de um serviço e um bem a adquirir para barganha no mercado produtivo (FRIGOTTO, 1997, p.09). Essa Reforma, neste sentido, é tida como expressão das pressões por produtividade e competitividade, por sua vez indutoras/beneficiárias das transformações na produção baseadas na e/ou potencializadas pelas inovações tecnológicas (FERRETI, 1997, p.228).

Escolas Agrotécnicas atualmente vivenciam um novo desafio: de lutar pela preservação de sua identidade na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, hoje uma nova realidade na educação profissional no País. E essa luta não está apenas na garantia do acesso do seu público alvo (filhos de agricultores e oriundos da zona rural bem como de escolas públicas), mas também na continuidade do trabalho de extensão realizado pelas mesmas, nas comunidades em que estão inseridas, o que se configura aspecto importante no cumprimento do seu papel social.

2 CAPÍTULO II

DO LOCAL E DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

2.1 O *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Pernambuco - nosso espaço de Investigação

O *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, antiga Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão, foi fundado em dois de junho de 1954 pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, com base na Lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 e pelo Artigo 17 da Lei Nº 1.765, tendo sido transformada em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O *Campus* Vitória de Santo Antão está localizado na Zona Rural da Cidade de Vitória de Santo Antão, na mesorregião mata-centro, no Estado de Pernambuco, distante 2 km do centro comercial e 1,4 km da BR 232, principal rodovia do Estado, ocupando uma área de 124 hectares, tendo inclusive uma área de reserva de mata atlântica.

Da sua fundação até a data atual o *Campus* Vitória, acompanhando as transformações do Ensino Agrícola no País, passou por inúmeras mudanças inclusive no que diz respeito a sua denominação e missão:

- Em 1954, quando foi fundado, ofertava o curso de economia doméstica e tinha como nome Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica;
- Em 1962 passou ofertar cursos agrícolas de 1º e 2º ciclos e cursos de aperfeiçoamento e a denominar-se Colégio de Economia Rural;
- Em 1979 implantou o curso de Agropecuária e continuou ofertando o curso de Economia Doméstica, mas passou, então, a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão;
- Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação através da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008¹⁰, a Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão, junto com o CEFET - PE e suas UNEDs¹¹ Ipojuca e Pesqueira, e as antigas Escolas Agrotécnicas de Barreiros e Belo Jardim, passa a compor o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.

Atualmente, o IFPE conta com nove *Campi*, dos quais três ofertam cursos na área Agrícola (Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão) e seis ofertam cursos na área industrial (Recife, Ipojuca, Pesqueira, Caruaru, Garanhuns e Afogados da Ingazeira) conforme ilustrado na (FIGURA 1).

¹⁰ Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No seu art. 2º define: Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

¹¹ Unidades Educacionais Descentralizadas da sede Recife.



Figura 1 - Localização dos Campi do IFPE

O IFPE tem como missão:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade. (IFPE, PDI, 2009)

Com a nova institucionalidade, as instituições que formaram o IFPE aumentaram sua possibilidade de oferta de cursos, podendo implantar Cursos Superiores e novos cursos técnicos. Então, o *Campus* Vitória optou por manter seu perfil agrícola, amparado no objetivo de promover a inclusão do homem do campo no processo de educação profissionalizante e na antiga missão de formar profissionais qualificados, competentes e capacitados, com uma visão crítica e responsável, capazes de exercer a cidadania, em sintonia com o mundo do trabalho, em constantes transformações, atuando como instituição formadora e como um centro de referência em educação profissional. Em 2011 iniciou sua primeira turma de Licenciatura em Química, ampliando o atendimento da Instituição aos cursos superiores.

A antiga Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão, atual *Campus* Vitória, também foi marcada pelas mudanças na Educação profissional das últimas décadas: determos-nos nas ocorridas mediante a implantação dos decretos nº 2208/97 e 5154/04.

Os reflexos do Decreto nº 2208 na educação profissional, dos quais se tratamos no capítulo anterior, também foram perceptivelmente vivenciados pela escola. Apesar de o decreto ter sido implantado em 1997, a escola só aderiu ao mesmo em 2001 implantando os cursos subsequentes, o sistema de modularização e os cursos básicos de curta duração, ofertados pela Seção de Cursos Técnicos Especiais (setor da escola regulamentado em 2001 para atender o objetivo de qualificar e requalificar os trabalhadores para atender ao mercado de trabalho de forma aligeirada). A partir de 2001 o curso técnico em agropecuária passou a ser ofertado na modalidade subsequente, destinado àqueles alunos que já tivessem concluído o ensino médio. O curso foi estruturado em módulos independentes, com caráter de terminalidade, permitindo ao aluno obter certificados de competências referentes aos módulos concluídos parcialmente, e a habilitação técnica em caso de conclusão de todos os módulos do curso.

Na época, o *Campus* Vitória de Santo Antão passou a ofertar os cursos técnicos em Agricultura, Agroindústria e Zootecnia, de forma concomitante, na forma interna ou externa, possibilitando ao aluno cursar os ensinos técnico e médio (com matrículas independentes) na própria Instituição, no caso da concomitância interna, e ensino técnico na Instituição e o

ensino médio fora da mesma, no caso da concomitância externa. Os cursos técnicos também estavam organizados em módulos, com o mesmo caráter de terminalidade dos cursos subsequentes, permitindo ao aluno que ingressava na Escola para cursar o ensino técnico e o ensino médio concluir seus cursos em períodos diferentes ou, como ocorria em muitos casos, cursar apenas dois módulos do ensino profissional em um ano e concluir o ensino médio dois anos depois. Todos os cursos contavam com a disciplina de empreendedorismo, que objetivava preparar o indivíduo para montar seu próprio negócio dentro da qualificação obtida. Nesse mesmo ano foi extinta a habilitação técnica em Economia Doméstica, na época destinada ao público feminino, com o argumento de que no mercado de trabalho não havia mais espaço para essas profissionais.

Os cursos estruturados da forma acima apresentados atendiam às políticas do Governo Federal de satisfazer os interesses privados e do mercado de trabalho e que, através da ênfase nas competências e na oferta de inúmeros cursos de forma aligeirada, visavam à ampliação da empregabilidade do indivíduo, no entanto não constituíam condições de garantia de emprego após a conclusão dos mesmos. Assim o governo colocava nas mãos dos trabalhadores a responsabilidade pelo êxito ou fracasso na obtenção de emprego e da sua inclusão na sociedade. Sobre isso Saviani (2007) afirma:

Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. (SAVIANI, 2007, p. 428)

Saviani ainda destaca que:

Configura-se, então, nesse contexto, uma verdadeira “pedagogia da exclusão”. Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, sua conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, subsumido em organizações não-governamentais, etc. Portanto, se diante de toda essa gama de possibilidades ele não atingir a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. (SAVIANI, 2007, p. 429)

Um dado importante que merece uma análise é que todas essas mudanças provocadas pelo decreto nº 2.208/97 vieram refletir no modelo do processo de seleção de novos alunos e, como consequência, no perfil da clientela que passou a procurar a Instituição: um público mais jovem, com um perfil mais urbano e oriundo de um nível social mais privilegiado.

Na realidade vivenciada pelo *Campus* Vitória nos anos da vigência do decreto nº 2208/97, foi a seguinte: a escassez de recursos financeiros; a estagnação de seu quadro docente e administrativo, decorrente da ausência de concursos; e a falta de incentivo à capacitação do servidor. Este cenário começou a ser modificado no início do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva com a abertura de novos concursos, a instituição da eleição direta para Diretores das escolas da Rede Federal e, com a revogação do referido decreto em 2004 através da publicação do Decreto nº 5154, que possibilitou, entre outras coisas, a articulação da educação profissional técnica de nível médio com o ensino de forma integrada, fazendo com que o *Campus* retornasse a oferta, já em 2005, dos cursos técnicos de

Agropecuária e Agroindústria, mantendo a modulação apenas nos cursos subsequentes/concomitantes de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

Atualmente o *Campus* Vitória atende a 934 alunos mediante a oferta dos seguintes cursos e modalidades: 1. Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico - Agropecuária e Agroindústria; 2. Subseqüente/Concomitante – Agricultura, Zootecnia e Agroindústria; 3. PROEJA (Integrado) – Agricultura Familiar e Curso Técnico em Suporte e Manutenção em Informática; e 4. Licenciatura em Química. A escola oferece, ainda, cursos básicos para a comunidade e está realizando estudos para implantação, no 2º semestre de 2011, de um curso tecnólogo (ver tabela 1).

Tabela 1: Descrição e Quantitativo de Cursos e Matrículas 2011

	Curso	Matrículas
INTEGRADO	Agropecuária	366
	Agroindústria	250
	Agricultura	81
SUBSEQUENTE	Zootecnia	54
	Agroindústria	86
	Agricultura (ênfase em Agricultura Familiar)	26
PROEJA	Suporte e Manutenção Informática	31
LICENCIATURA	Química	40
Total	934	

Fonte: Coordenação de Registros Escolares – *Campus* Vitória de Santo Antão

O *Campus* Vitória, sendo uma das Instituições de referência no âmbito estadual, abrange, além de Vitória de Santo Antão, diversas cidades tais como: Aliança, Bezerros, Bonito, Camocim de São Félix, Carpina, Caruaru, Chã de Alegria, Chã Grande, Condado, Escada, Feira Nova, Glória do Goitá, Goiana, Gravatá, João Alfredo, Joaquim Nabuco, Lagoa do Itaenga, Limoeiro, Moreno, Nazaré da Mata, Paudalho, Pombos, Surubim, Timbaúba e Tracunhaém. Colabora, assim, para o desenvolvimento econômico e social da região mediante a oferta de ensino médio e profissional de qualidade, o que reforça a necessidade de manter o Regime de Residência e ampliar a oferta de vagas, visto que nos últimos anos a procura por esse tipo de regime tem aumentado significativamente, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2: Números de Candidatos ao Regime de Residência

Ano	Quantidade Candidatos ao Regime de Residência
2005	80
2006	105
2007	120
2008	123
2009	149
2010	99
Total	740

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus* Vitória

Contextualizaremos adiante as mudanças ocorridas no processo Seletivo da Instituição para um melhor entendimento do nosso objeto de pesquisa.

2.2 O Exame de Seleção como Política de Inclusão – nosso Objeto de Investigação

A qualidade do ensino ofertado pelas Escolas da Rede Federal de Educação tem atraído um grande número de alunos que objetivam uma formação que lhes facilitem o ingresso nas grandes Universidades, mas que não demonstram interesse em ter uma formação profissional de nível técnico que lhes possibilite também o ingresso no mundo do trabalho. As Seleções de alunos para essas escolas transformaram-se em verdadeiros vestibulares, com concorrências absurdas e que muitas vezes chegam a serem maiores que a de algumas universidades.

Com as novas discussões que permeavam a Educação Profissional e a partir das novas exigências advindas das mesmas, o *Campus* Vitória passou a questionar seu processo Seletivo, pois o que se observava era o ingresso cada vez maior de alunos oriundos dos grandes centros urbanos como Recife e Jaboatão, na sua grande maioria provenientes de escolas particulares e que tinham como principal interesse o ensino médio de qualidade ofertado pela escola que lhes possibilitaria um preparo maior para o vestibular nas mais diversas áreas, reforçando a exclusão daqueles que já vinham/vêm sendo excluídos desde o ensino fundamental e que recebiam uma distribuição desigual do saber na escola, conforme afirma Kuenzer (2009):

É sempre bom lembrar que o Ensino Médio no Brasil tem exercido, entre outras, a função de referendar a inclusão dos incluídos, justificada pelos resultados escolares. Na verdade, os incluídos vivenciam um conjunto de experiências sociais e culturais que lhes assegura larga vantagem na relação com o conhecimento sistematizado, isso sem falar nas condições materiais favoráveis ao estabelecimento dessa relação. Assim é que, não por coincidência, os que permanecem na escola são os que melhor se comunicam, têm melhor aparência, dominam mais conhecimentos e apresentam condutas mais adequadas ao disciplinamento exigido pela vida escolar, produtiva e social. (KUENZER, 2009, p. 43).

Essa forma de seleção destoava dos novos eixos norteadores das políticas de Educação Profissional propostas pelo Governo Lula: a expansão da oferta pública de educação profissional; o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitissem a

obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão que combinasse, na sua prática e nos seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico sociais, trabalho, ciência e cultura; e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social. No contexto dessas intenções foram lançados os programas: PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; TEC NEP - Programa que visa à inserção das Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas nos cursos de formação inicial e continuada, de nível técnico e tecnológico; Brasil profissionalizado, entre outros.

O Processo de Seleção de novos alunos para o *Campus* Vitória até o ano de 2005 era composto de duas fases distintas: 1ª Fase - Prova escrita abrangendo conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, redação sobre um tema proposto e conhecimentos específicos; 2ª Fase: Somente para os candidatos ao regime de internato masculino aprovados na prova escrita – entrevista com os pais e/ou responsável legal e com o próprio candidato. Para o ingresso das turmas em 2006, o *Campus* fez algumas modificações e passou a considerar o questionário sócio-econômico como etapa de avaliação do perfil do candidato. Assim ficou configurado o processo: 1ª Fase - Prova escrita abrangendo conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, conhecimentos específicos e redação sobre um tema proposto; e a aplicação de questionário sócio-econômico, ambos com peso 5; 2ª Fase: Somente para os candidatos ao regime de internato masculino aprovados na prova escrita – entrevista com os pais e/ou responsável legal e com o próprio candidato.

Na seleção de 2006 foram utilizados os seguintes instrumentos e aplicados os seguintes critérios de Avaliação:

a. Instrumento utilizado: Prova de Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos específicos constituída de 35 questões de múltipla escolha, cada uma valendo 2 pontos e com pontuação de até 70 pontos (Tabela3).

Tabela 3: Distribuição de questões e pontuação da Avaliação aplicada no Processo Seletivo 2006

Questões	Quantidade	Pontuação
Língua Portuguesa	10	20
Matemática	10	20
Conhecimentos Específicos de Agricultura	5	10
Conhecimentos Específicos Pecuária	5	10
Conhecimentos Específicos Agroindústria	5	10
Total Questões/Valor da Prova	35	70

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus* Vitória

b. Instrumento utilizado: Redação: Os candidatos dissertavam sobre tema proposto, cuja avaliação seguia critérios pré-estabelecidos (tabela 4) e à qual era atribuída pontuação de até 30 pontos.

Tabela 4: Critérios utilizados para correção da Redação – Processo Seletivo 2006

Critérios para Correção da Redação

Criatividade e originalidade no texto

Adequação obrigatória ao tema;

Clareza de idéias;

Correção ortográfica;

Concordância;

Organização do texto.

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus Vitória*

c. Instrumento aplicado: Questionário Sócio-econômico-cultural, respondido pelo candidato e entregue no momento da inscrição, que era avaliado a partir de critérios pré-estabelecidos (Tabela 5) e cuja pontuação total era de 100 pontos.

Tabela 5: Critérios utilizados para correção do Questionário – Processo Seletivo 2006

Critérios para Correção do Questionário

1. Residir em Zona Rural / Propriedade Rural

2. Filho de Pais Agricultores

3. Renda Familiar baixa

4. Aptidão para o curso

5. Proveniente de Escola Pública

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus Vitória*

Durante o ano de 2006 as discussões sobre o Processo de Seleção de alunos do *Campus Vitória* foram ampliadas e foram avaliados os processos seletivos anteriores tomando por base a atual política de governo de Inclusão Social e a filosofia de trabalho da Escola de promover a inclusão do homem do campo no processo de educação profissionalizante. As reflexões giraram em torno de propostas voltadas para a inclusão maior de alunos que realmente representassem o público alvo e prioritário do ensino agrícola ofertado pela escola, alunos provenientes de escolas públicas da região, do interior do Estado e da zona rural.

Nas avaliações dos Processos Seletivos anteriores, a Escola verificou que a aplicação de uma Prova de Matemática e uma de Língua Portuguesa afastava os alunos provenientes da escola pública, filhos de agricultores e alunos da zona rural, que por não terem tido uma boa formação no ensino fundamental (decorrente da baixa qualidade da educação ofertada até então) não se viam preparados para enfrentar uma avaliação que exigisse muito além do que adquiriram durante seus estudos. Ao mesmo tempo, destacavam-se, nesse tipo de avaliação, os alunos provenientes de escolas particulares e dos grandes centros urbanos. As mudanças no processo seletivo foram fruto de discussões em torno das novas políticas de inclusão do governo e do papel social da escola, realizadas durante o ano de 2006 nas reuniões de Conselhos de Classe e nas análises da comissão responsável pelo processo seletivo, e foram provocadas pelas inquietações internas da administração e do corpo docente, que reconheciam no processo seletivo como estava constituído um instrumento de exclusão dos jovens das classes menos favorecidas, do interior do estado, da zona rural, provenientes das redes de ensino público municipal e estadual.

Sendo assim, o processo seletivo foi modificado em 2006 para alunos que ingressariam no ano de 2007, passando a ser composto das seguintes fases:

1ª Fase: Entrevista com o candidato no ato da inscrição – para todos os candidatos, independente do regime escolhido (residência¹², semi-residência¹³ ou externato¹⁴). O objetivo da entrevista era/é fazer um levantamento de dados sócio-econômico-cultural do candidato, conhecer seu interesse ao buscar a instituição e aferir sua afinidade com o curso escolhido. O questionário aplicado é analisado posteriormente pela equipe de pedagogos e psicólogos da escola;

2ª Fase: Interpretação de texto e redação (Figura 2) – geralmente os textos tratam de assuntos ligados às áreas dos cursos ofertados pela escola.



Figura 2 - Candidatos realizando a avaliação escrita

3ª Fase: Entrevista com os pais e/ou responsável legal e com o próprio candidato – somente para os candidatos ao regime de internato masculino aprovados na prova escrita. Os alunos e seus pais ou responsáveis são entrevistados separadamente pelas equipes de entrevistadores coordenadas por psicólogos e pedagogos da escola (Figuras 3 e 4). Ao final, a equipe confronta os dados e coletivamente, após discussão, identifica os candidatos que têm perfil para o internato.

¹² Vínculo de matrícula do aluno que reside nos alojamentos da escola de segunda a sexta-feira e retorna para casa nos finais de semana.

¹³ Vínculo de matrícula do aluno que permanece na escola durante todo o dia, das 7h às 17h, tem direito à refeição do almoço e retorna para casa todos os dias.

¹⁴ Vínculo de matrícula do aluno que reside próximo à escola e permanece apenas nos horários de aula, das 7h às 11h e das 13h às 17h. Não faz refeições na escola.



Figura 3 - Equipe realizando entrevista com candidato ao Regime de Residência



Figura 4 - Equipe realizando entrevista com pai de candidato ao regime de Residência

Os instrumentos de avaliação, aplicados no Processo Seletivo, foram analisados por equipes específicas e também passaram por modificações, assim como os critérios utilizados para a correção dos mesmos:

a. Instrumento de Avaliação: O questionário aplicado no momento da inscrição por entrevistadores da Instituição passou a ter peso 6 e sua avaliação orientou-se por novos critérios pré-estabelecidos (Tabela 6), onde para cada item era atribuída uma pontuação de 0 a 10.

Tabela 6: Critérios utilizados para avaliação dos questionários – Processo Seletivo 2007

Critérios para Correção do Questionário
• Filho de Agricultor (trabalha na terra que não é dele) • Filho de Produtor Rural (Pequeno / Médio / Grande) • Pertence a minorias (negro, índio, deficiente, quilombola, assentado) • Reside no interior (exceto Região Metropolitana) • Reside em Zona Rural • Desenvolve atividade rural • Proveniente de Escola Pública • Baixa renda / Participa de programas sociais • Identificação com a área do curso • Não ter cursado um curso técnico

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus* Vitória

b. Instrumento de Avaliação: A Redação e a Interpretação de Texto sobre temas que envolvem desde a escolha do curso e a identificação do candidato com o mesmo passou a ter peso 4 e na sua correção foram/são utilizados critérios pré-estabelecidos pelos professores de língua portuguesa (Tabela 7).

Tabela 7: Critérios utilizados na correção da Prova de Redação – Processo Seletivo 2007

Critérios para Correção da Redação
Clareza na exposição de sua identificação com o curso pretendido
Objetividade na exposição das ideias
Organização do texto
Criatividade e originalidade das ideias
Correção gramatical

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus* Vitória

A mudança ocorrida no processo de seleção também se deu em relação ao momento das inscrições. Antes as mesmas eram realizadas apenas no *Campus* Vitória, distante do centro da cidade, dificultando o acesso. A partir da Seleção de 2006 para ingresso de alunos em 2007, a escola passou a realizar as inscrições no centro da cidade de Vitória de Santo Antão e nas cidades circunvizinhas, feitas por profissionais da escola que passaram a se deslocar até as cidades e lá apresentar os cursos ofertados pela escola, realizar as inscrições e a entrevista inicial. Essa última medida objetivou atingir os alunos do interior e principalmente da zona rural que tinham dificuldades para realizar a inscrição em Vitória de Santo Antão, devido à distância e dificuldade de transporte.

Desde o Processo Seletivo de 2006 também foi ampliada a oferta de vagas para os Cursos Integrados de Agropecuária e Agroindústria (Tabela 8), que anualmente são os cursos que apresentam maior procura nos Processos Seletivos (Tabela 9) e que representam a cada ano em torno de 70% dos ingressos no *Campus*. Observamos que, com a ampliação dos locais de inscrições (*Campus*, Cidade e Cidades do Interior), houve/há um aumento significativo da

procura pelos cursos e consequentemente no quantitativo de inscritos a cada Processo Seletivo, aumentando a concorrência de 1,2 para 1,8 candidatos por vaga ofertada em termos gerais. Um número que pode parecer irrisório para as instituições que realizam grandes vestibulares, mas que, para uma Instituição do Interior do Estado que tem seu trabalho pautado no Ensino Agrícola e na formação do homem do campo, representa um avanço, pois diferente dos cursos com ênfase na produção industrial, os cursos agrícolas não contam com o investimento das grandes empresas, seja na oferta de estágios, seja na divulgação dos cursos, seja na montagem de laboratórios específicos dentro das instituições para formação de trabalhadores que venham atender seus interesses. A divulgação das Instituições eminentemente agrícolas e de seu trabalho de formação perpassa pelos trabalhos de extensão que os profissionais que se formaram na instituição desenvolvem nas comunidades, e a aproximação que a instituição tem com as cidades circunvizinhas, associações e comunidades rurais.

Tabela 8: Quantidade de vagas ofertadas pelo Campus Vitória: 2005 a 2010

Ano	Vagas Ofertadas	Vagas Ofertadas Agropecuária	Vagas Ofertadas Agroindústria	Vagas Ofertadas Subsequentes
2005	270	120	60	90
2006	300	140	70	90
2007	300	140	70	90
2008	270	140	70	60
2009	240	140	70	30
2010	350	140	105	105

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus* Vitória

Tabela 9: Número de Inscritos nos Processos Seletivos: 2005 a 2010

Ano	Quantidade de Inscritos Geral	Quantidade de Inscritos Agropecuária	Quantidade de Inscritos Agroindústria
2005	324	134	81
2006	403	189	93
2007	601	211	186
2008	513	210	184
2009	763	293	268
2010	632	192	214

Fonte: Relatórios das Comissões de Seleção do *Campus* Vitória

Reestruturar o processo seletivo foi, acima de tudo, uma tomada de decisão da gestão do *Campus* que, diante das reflexões realizadas internamente e por acreditar num processo seletivo mais inclusivo que oportunizasse o acesso à escola de jovens oriundos da zona rural e dos menos favorecidos socialmente, resolveu investir numa proposta diferenciada de seleção. No entanto, como toda mudança, encontrou e ainda encontra algumas resistências.

Cabe destacar que as inquietações do *Campus* não se esgotaram com a realização do processo seletivo diferenciado, mas também incluiu possibilidades de mudanças na prática pedagógica, pois alunos que apresentavam uma defasagem de conhecimentos básicos do ensino fundamental (que, portanto, passariam a enfrentar dificuldades ao se depararem com uma escola de horário integral com disciplinas da base propedêutica e da profissional

totalizando em torno de 18 disciplinas) poderiam não ser bem sucedidos na escola, comprometendo o processo de inclusão.

Assim, para que a inclusão fosse realmente realizada foram implementadas, ao longo dos últimos quatro anos, algumas medidas para minimizar a evasão e a repetência que se apresentavam nas séries iniciais dos cursos integrados: projetos de intervenção nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática¹⁵; concessão de bolsas de monitoria para aulas de reforço¹⁶; grupos de estudos¹⁷; ampliação do programa de concessão de bolsas de pesquisa, extensão, produção¹⁸ e assistenciais¹⁹; ampliação da oferta de estágio, remunerado e não remunerado, na própria instituição, entre outras ações.

¹⁵ Projetos desenvolvidos por Professores de Língua Portuguesa e Matemática, que, a partir de uma sondagem realizada com os alunos, desenvolvem atividades que visam à redução das dificuldades diagnosticadas e à melhoria do desempenho escolar. As aulas são inseridas no horário semanal das turmas de 1º ano.

¹⁶ Bolsas remuneradas concedidas a alunos que, sob a orientação de professores, ministram aulas de reforço das disciplinas em que os alunos apresentam mais dificuldade. O monitor passa por processo seletivo interno, que consiste na apresentação de projeto, sua aprovação, orientação e apoio da Coordenação de Curso e dos professores das áreas.

¹⁷ São formados pelos próprios alunos, sem remuneração, que recebem orientação da Coordenação de Ensino e apoio material para a realização dos encontros. Os conteúdos e as disciplinas são escolhidos pelos integrantes do grupo.

¹⁸ Bolsas remuneradas concedidas aos alunos selecionados a partir da apresentação de projetos específicos nas áreas de pesquisa, extensão e produção. O projeto deve ser desenvolvido no *Campus* sob a orientação de um professor da área, com a duração de até 8 meses.

¹⁹ Bolsas remuneradas concedidas a alunos que comprovem, em processo seletivo específico, situação de vulnerabilidade social. O aluno desenvolve atividades semanais em setores definidos pela Coordenação de Assistência ao Educando.

3 CAPÍTULO III

A INVESTIGAÇÃO

3.1 Opções metodológicas

Nossa pesquisa teve como objeto de estudo analisar se o atual modelo do processo de seleção de alunos realizado pelo *Campus* Vitória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco se constituía uma Política de Inclusão. Nossa opção se deu pelo de fato de, no Estado de Pernambuco e no Instituto Federal de Pernambuco especificamente, esta ser a única escola agrícola da Rede Federal de Ensino que tem um processo de seleção de alunos diferenciado dos que costumam ser feitos tradicionalmente.

Sabendo que a metodologia está diretamente relacionada ao objeto e aos objetivos da pesquisa, decidimos conduzir nossa pesquisa numa abordagem qualitativa, visto que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares... ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2008).

Utilizamos também como instrumento de coleta de dados, além dos questionários, material documental, disponível na escola.

Realizamos, ainda, leitura de bibliografia pertinente ao tema da dissertação.

Consideramos esta etapa um momento importante no delineamento da nossa pesquisa, por tratar-se de um momento em que estabelecemos relações, a fim de confirmarmos ou rejeitarmos pressupostos, bem como construir teorias. Inspiramo-nos em Duarte (2004) ao afirmar que:

...os dados de uma pesquisa desse tipo serão sempre resultado da ordenação do material empírico coletado/construído no trabalho de campo, que passa pela interpretação dos fragmentos dos discursos dos entrevistados, organizados em torno de categorias ou eixos temáticos, e do cruzamento desse material com as referências teórico/conceituais que orientam o olhar desse pesquisador. Isso implica a construção de um novo texto, que articula as falas dos diferentes informantes, promovendo uma espécie de “diálogo artificial entre elas”... (DUARTE, 2004, p.222)

Para ter uma visão mais aprofundada do Processo Seletivo realizado pelo *Campus*, analisamos os registros dos Processos Seletivos realizados pela Instituição no período entre 2005 e 2010, e os diversos documentos utilizados durante o mesmo: relatórios, questionários, dados dos candidatos. Revimos, ainda, as documentações sobre os ingressos na Coordenação de Registros Escolares da Instituição e conversamos com o Pesquisador Institucional, responsável pela alimentação de dados do SIG – Sistema de Informações Gerenciais MEC/SETEC. Investigamos, também, os servidores que trabalharam nos processos seletivos e os alunos do 3º ano de Agropecuária da Instituição do ano de 2010, que ingressaram através do atual sistema de avaliação implantado pelo *Campus* em 2006.

É relevante salientar que o quantitativo de sujeitos participantes de nossa investigação foi definido na trajetória da pesquisa, como ressalta Duarte (2002):

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento,

assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. (Duarte, 2002, p. 143)

O tratamento do material recolhido no campo, que obedeceu às seguintes etapas: ordenação, classificação e categorização, nos conduziu à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aportou de singular como contribuição.

3.2 Os Alunos Sujeitos da Pesquisa

Inicialmente havíamos estabelecido como sujeitos de nossa pesquisa os alunos ingressantes no ano de 2007, mas como a fase de qualificação do Mestrado ocorreu em novembro de 2009 avaliamos que poderíamos comprometer nosso trabalho já que os mesmos estariam encerrando seus estudos na Instituição no início de dezembro daquele ano. Sendo assim, estabelecemos como público alvo de nossa pesquisa os alunos do 3º ano de 2010, ingressantes no ano de 2008. Optamos por circunscrever a pesquisa aos alunos do Curso Integrado de Agropecuária por ser o curso que abrange a maior parte das matrículas do *Campus* (Tabela 10), e por ser o curso cujo perfil está intimamente ligado às atividades eminentemente do campo.

Tabela 10: Número de matrículas dos Cursos do Campus Vitória no período de 2007 a 2010

Ano	Numero Geral de Matrículas	Numero de Matrículas Agropecuária	Numero de Matrículas Agroindústria	Numero de matrículas Cursos Subsequentes	Numero de Matrículas PROEJA	Numero de Matrículas Estágio Supervisionado
2007	772	297	165	256	27	27
2008	784	334	189	190	27	44
2009	764	364	186	128	59	27
2010	984	378	221	274	67	31

Fonte: Coordenação de Registros Escolares – *Campus* Vitória de Santo Antão

Outro fator determinante para a escolha dos alunos de Agropecuária foi o fato de corresponderem em média a 71% dos alunos que terminaram (integralizaram²⁰) os cursos da Instituição no ano de 2010 e no período anterior, de 2005 a 2010 (tabela 11).

²⁰ Termo utilizado pela Rede Federal para definir aqueles alunos que concluem todas as disciplinas integrantes da matriz curricular, mas que ainda não concluíram o estágio curricular.

Tabela 11: Número de alunos que Integralizaram os Cursos de Agropecuária e Agroindústria de 2005 a 2010

Ano	Numero de alunos que integralizaram os Cursos Agroindústria e Agropecuária	Número de alunos que integralizaram Agropecuária	Percentual Agropecuária
2005	115	93	81%
2006	111	73	66%
2007	93	56	60%
2008	131	109	83%
2009	157	102	65%
2010	133	94	71%
Total	740	527	71%

Fonte: Coordenação de Registros Escolares – *Campus Vitória de Santo Antão*

Procedemos à aplicação dos questionários de pesquisa aos alunos das turmas A, C e D do 3º ano de Agropecuária do ano de 2010. Fizemos, inicialmente, uma visita às turmas para explicar o objetivo da pesquisa e agendar a data de aplicação do questionário e deixamos claro que a participação seria livre. Desse modo, a definição dos sujeitos ocorreu de forma aleatória, atingindo o total de 45 alunos, o que representa 45% dos alunos das turmas de Agropecuária, um percentual significativo e estatisticamente representativo.

3.2.1 Perfil dos alunos

Objetivando traçar um perfil dos alunos participantes da pesquisa, a fim de realizarmos um confronto com os dados obtidos na pesquisa documental, fizemos algumas perguntas de ordem pessoal, tomando como base as questões já respondidas no questionário aplicado no momento da inscrição, antes de ingressarem na Instituição. Em relação ao gênero, 35 eram do sexo masculino, 09 eram do sexo feminino, e 01 não respondeu a questão. Os dados obtidos equivalem à realidade do curso técnico de Agropecuária, uma vez que, entre os 99 alunos matriculados no 3º ano, 81 são do sexo masculino. Supomos que a prevalência de alunos do sexo masculino no Curso de Agropecuária se deva ao fato de o curso exigir a utilização da força física na realização das atividades práticas: preparo do solo, plantio, castração e abate de animais, entre outras.

Em relação à origem/procedência dos alunos, observamos que 31 alunos eram provenientes de cidades do interior, o que representa 69% dos alunos que responderam ao questionário, enquanto apenas 13 eram da Capital ou região metropolitana (Tabela 12).

Tabela 12: Origem/Procedência dos alunos/sujeitos da pesquisa do Curso de Agropecuária 2010

Procedência/Origem	Quantidade	Percentual
Interior	31	69%
Capital/Região Metropolitana	13	29%
Não respondeu	01	2%
Total	45	100%

Ao analisarmos os dados apresentados acima, podemos afirmar que a maioria dos alunos do Curso de Agropecuária que ingressaram no *Campus* Vitória, através do novo processo seletivo, é procedente de cidades do interior do Estado.

Investigamos também se os alunos residiam na zona urbana ou rural. O resultado mostrou que, apesar de a maioria ser do interior, apenas 18% residiam na zona rural (Tabela 13). Comparando-se este percentual com o percentual de alunos do curso de Agropecuária matriculados em 2008, procedentes da zona rural (23%), podemos inferir que, apesar de ter havido uma pequena queda (de 23 para 18%), cerca de 1/5 dos alunos procedentes da zona rural permaneceram na instituição. Por estes dados, podemos afirmar que a mudança no processo seletivo e as medidas pedagógicas que o acompanharam - já relatadas anteriormente - atingiram o objetivo a que se propunham.

Podemos perceber também, no referido período (tabela 14), que o percentual de alunos provenientes da zona rural vem sendo mantido em torno de 30%, fato que podemos avaliar como positivo, já que o objetivo da escola de atrair alunos da zona rural para seu interior obteve êxito com o aumento significativo de 22% em 2006, para 34% em 2009 e 30% em 2010, fato que pode estar ligado à descentralização das inscrições realizadas nas cidades do interior, caracterizando uma maior aproximação da escola com as comunidades.

Tabela 13: Procedência dos alunos/sujeitos da pesquisa quanto à localização da residência

Local em que residem	Quantidade	Percentual
Zona Rural	8	18%
Zona Urbana	37	82%
Total	45	100%

Tabela 14: Procedência dos alunos matriculados entre 2006 e 2010 no curso de Agropecuária do *Campus* Vitória quanto à localização da residência

Ano	Total de alunos	Alunos da Zona Rural	Alunos da Zona Urbana	Percentual Alunos Zona Rural
2006	143	32	111	22%
2007	145	33	112	23%
2008	141	32	104	23%
2009	156	53	103	34%
2010	145	43	102	30%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais - MEC / Coordenação de Registros Escolares - *Campus* Vitória de Santo Antão - IFPE

No que refere ao regime de matrícula ao qual estão vinculados no *Campus*, dos 45 alunos sujeitos da pesquisa, 21 eram alunos residentes, 23 semi-residentes e 01 externo.

Em relação à profissão exercida pelos pais, dos 45 participantes da pesquisa, 09 alunos tinham pais que eram agricultores ou trabalhavam na área de Agricultura – o que correspondia a 20% do total (Tabela 15), e os demais tinham pais que exerciam profissões ligadas ao setor secundário e terciário da economia, boa parte não exigindo ou não tendo formação específica.

Tabela 15: Profissão Exercida pelos Pais dos alunos/sujeitos da pesquisa

Profissão do Pai	Quantidade	Profissão da Mãe	Quantidade
Não responderam	05	Não Responderam	06
Agricultor	06	Agricultora	03
Ajudante de Pedreiro	01	Autônoma	01
Aposentado	01	Auxiliar Administrativa	01
Autônomo	03	Comerciante	01
Auxiliar de processo	01	Coordenadora Pro-Jovem de Moreno	01
Caminhoneiro	01	Diarista, Empregada Domestica, jardineira	01
Caseiro	01	Domestica	03
Comerciante	03	Dona de casa	12
Conselheiro Tutelar	01	Falecida	01
Encanador	01	Funcionária Pública	03
Gerente de vendas de passagens de ônibus	01	Não trabalha	01
Marceneiro	01	Nenhuma	01
Motorista	08	Professora	07
Operário de maquinas	01	Secretária	01
Pedreiro	01	Secretária Escolar	01
Soldador (Atualmente Serralheiro)	01	Vendedora	01
Supervisor agrícola	02	---	---
Tec. em Eletrônica	02	---	---
Técnico em Agropecuária	01	---	---
Técnico em refrigeração	01	---	---
Trabalhador rural	01	---	---
Vendedor Autônomo	01	---	---
Total	45		45

Para nossa pesquisa um dado importante a ser investigado estava relacionado ao tipo de escola de ensino fundamental que os alunos haviam frequentado antes de ingressarem na Instituição. Os dados obtidos apontam que 60% dos sujeitos da pesquisa haviam cursado o ensino fundamental integralmente em escola pública, enquanto 22% haviam concluído seus estudos fundamentais integralmente em escola particular, e 18% haviam feito seus estudos parte em escola pública e parte em escola particular (Tabela 16).

Ao confrontarmos esses dados com os dados coletados no Sistema de Informações Gerenciais – SIG / MEC e na Coordenação de Registros Escolares do *Campus* Vitória, verificamos que o número total de alunos ingressantes no *Campus* provenientes de Escolas Públicas tem aumentado gradativamente, passando de 71% em 2006 para 84% em 2009 e 79% em 2010 (Tabela 17). A análise também nos mostra a equivalência do percentual de 60% relativo aos alunos sujeitos da pesquisa em 2010, com o percentual de 68% referente ao ano de ingresso dos mesmos.

Nosso objetivo era fazer um comparativo com anos anteriores a 2006, mas como o tipo de informações coletadas pela escola a fim de serem repassadas para o MEC era baseado em outros sistemas de controle, não havendo um registro específico quanto à proveniência dos alunos ingressantes na instituição, não foi possível realizar um levantamento fidedigno ao período anterior, e optamos por fazê-lo a partir de 2006.

Tabela 16 Tipo de Escola em que os sujeitos da pesquisa haviam cursado o ensino fundamental

Tipo de Escola	Número de alunos	Percentual
Integralmente em Escola Pública	27	60%
Integralmente em Escola Particular	10	22%
Parte em Escola Pública/ Parte em Escola Particular	08	18%
Total	45	100%

Tabela 17 Tipo de Escola em que os alunos matriculados no Curso de Agropecuária do Campus Vitória, no período de 2006 a 2010, haviam cursado o Ensino Fundamental

Ano	Total de alunos	Escola Pública	Escola Particular	Parte Escola Pública/ Particular	Percentual Alunos Escola Pública	Percentual Alunos Escola Particular	Percentual Alunos Parte Escola Pública/Particular
2006	143	102	41	0	71%	32%	0%
2007	145	93	46	6	64%	32%	4%
2008	141	96	38	7	68%	27%	5%
2009	156	131	16	9	84%	10%	6%
2010	145	114	17	14	79%	12%	10%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais - MEC / Coordenação de Registros Escolares - Campus Vitória de Santo Antão - IFPE

3.2.2 O processo seletivo e a inclusão sob a ótica dos alunos

Conduzimos nossa investigação no sentido de saber como o Processo Seletivo estava sendo compreendido pelos alunos que dele haviam participado, por quais motivos haviam buscado a escola e o curso que escolheram, e a partir dos dados obtidos definimos cinco temáticas a serem apresentadas: a. O Processo Seletivo e o ingresso de alunos provenientes de escolas públicas e da zona rural; b. O Processo Seletivo do *Campus* x Os Processos Seletivos Tradicionais; c. O que pensam sobre a Escola de Ensino Profissional; d. A escolha do curso, da escola e a contribuição para a sociedade; e. A Inclusão social: como é percebida pelos alunos.

a. O Processo Seletivo e o ingresso de alunos provenientes de escolas públicas e da zona rural

Investigar como os alunos compreendem o processo seletivo através do qual ingressaram na instituição, e como se veem enquanto protagonistas do processo, auxilia na elucidação de uma das inquietações que moveram nosso estudo: saber como está sendo entendida e aplicada a política de Inclusão social da escola. As respostas às perguntas do

questionário nos ajudam a perceber a compreensão que o aluno, antes candidato, tinha e/ou tem do processo.

Ao serem perguntados se o processo seletivo favorecia os alunos provenientes de escolas públicas e/ou oriundos da zona rural, 38 sujeitos da pesquisa responderam que sim (84%), enquanto 6 responderam que não (13,3%), e apenas 1 não respondeu a questão (2,2%).

Dos pesquisados que indicaram “não” como resposta à questão, um não justificou sua resposta; outro pensa que os alunos que entram não estão interessados no ensino profissional e sim no médio; mas os demais mostram opiniões diferentes, não avaliando como negativa a opção da escola pela inclusão desse público:

Pois é um processo aberto onde qualquer aluno pode se inscrever, mas ajuda os alunos de escola pública e zona rural, deixando o peso do ingresso na entrevista, não na prova em si. (aluno 12)

Pois deveria ser mais fácil. (aluno 25)

Visto que existe uma enorme deficiência na questão de divulgação da realidade dos cursos na zona rural das cidades, porém a instituição tem procurado (aos poucos) sanar esse problema. (aluno 27)

Acho que é um processo seletivo sem depender que tipo de escola que se vem. (aluno 30)

Dos alunos que responderam “sim” à pergunta, apenas quatro não justificaram sua resposta, sendo que os demais elencaram diversos fatores para mostrar porque consideram que o processo seletivo favorece o ingresso de alunos provenientes de escolas públicas e/ou oriundos da zona rural:

- O número de matérias requisitadas
Pelo fato de apenas haver duas matérias na seleção. (aluno 1)
- O grau de facilidade
Pois o teste é fácil. (aluno 4)

Pois o processo seletivo da escola favorece os alunos de escola pública, pelo nível de sua prova que é baixo. (aluno 34)
- O reconhecimento da escola, por não enfatizar apenas o conhecimento cognitivo e valorizar a experiência de vida de cada candidato na elaboração das provas
Porque assim sabemos um pouco da vida de cada um, e o que ele faz na vida, e um pouco das suas experiências. (aluno 11)

Pois o nível das provas é articulado de acordo com o que os alunos aprendem no decorrer da sua vida na escola. (aluno 13)

Porque no processo seletivo aborda questões de sua realidade. (aluno 14)

Pois utiliza de uma linguagem de fácil entendimento. (aluno 23)

Diferente de outros processos tipo: CEFET/SENAI, onde as provas são divididas entre abertas e exatas, exigindo mais conhecimentos do aluno. (aluno 29)

Pelo fato de não exigir muitos conhecimentos acadêmicos nas provas de seleção e por fazer a divulgação da escola em zonas próximas às rurais. (aluno 31)

Por que o processo seletivo feito no colégio é feito pensando para as pessoas de locais pobres onde o ensino é escasso. (aluno 36)

Nos depoimentos acima observamos que os alunos apontam a “facilidade” do teste como um dos aspectos favoráveis ao ingresso daqueles que são provenientes das escolas públicas e zona rural. Na análise das falas observamos que o fato de a escola não enfocar os aspectos cognitivos e de buscar contextualizar suas questões faz com que os alunos considerem a seleção fácil, ao compará-la com os demais processos seletivos em que os conhecimentos, principalmente no campo das ciências exatas, têm um peso maior.

Tais percepções a respeito do instrumento de avaliação trazem à tona os questionamentos a respeito da concepção de avaliação que escola e professores reproduzem, e cuja função é diagnosticar ou classificar. A respeito disso Luckesi (2010) afirma:

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para autonomia, do crescimento para a competência etc. Como diagnóstica, ela será um momento dialético de “senso” do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido à frente. (LUCKESI, 2010, p. 35)

- A compatibilidade com a natureza dos cursos que a escola oferta

Porque as pessoas que se identificam mais com o curso são as pessoas da zona rural. (aluno 2)

Porque a escola tem vários cursos como agropecuária, agroindústria, zootecnia, agricultura entre outros. (aluno 9)

- O peso da entrevista

Levando em consideração o fato de que a entrevista tem um peso maior no processo seletivo. (aluno 45)

- A valorização, por parte da escola, dos alunos provenientes da zona rural e das classes populares

Sim, pois possibilita que os estudantes que vivem na zona rural possam ter uma educação de qualidade e depois contribuir para o desenvolvimento de sua cidade. (aluno 7)

Porque ajuda aquela pessoa pobre que tem vontade de estudar onde se fosse outro tipo de seleção ele não teria chance. (aluno 8)

Porque favorecem as pessoas que já moram na zona rural que já possuem um conhecimento básico da agricultura e de criações de animais. (aluno 15)

Porque é uma oportunidade de continuar o que a família tem no caso do agricultor. (aluno 20)

Os alunos oriundos de escolas públicas e da zona rural não seriam beneficiados e sim prejudicados, se o processo seletivo fosse tipo vestibular. (aluno 40)

Pois essas pessoas têm que ter mais ajuda do governo por causa de suas dificuldades de vidas. (aluno 44)

Vale ressaltar que algumas justificativas nos mostram que os alunos/sujeitos da pesquisa não vêm no ingresso dos alunos provenientes de escolas públicas e/ou oriundos da zona rural uma discriminação dos alunos da rede particular de ensino ou das grandes cidades, porque eles consideram o processo seletivo como uma oportunidade de aprovação para todos.

Nem sempre. No instituto existem alunos que vieram de escolas particulares... Mas a grande maioria é de escolas públicas. (aluno 19)

Porque ela (a seleção) é destinada para essas pessoas, só que quem vem de escola particular tem total condições de fazer e se dar bem. (aluno 33)

Pois o prova é feita de forma a todos conseguir atingir a aprovação (aluno 38)

b. O Processo Seletivo do Campus X Os Processos Seletivos Tradicionais

Com o mesmo propósito de verificar a opinião que os pesquisados têm do processo seletivo, perguntamos “o que, na opinião deles, diferencia o processo seletivo realizado pelo *Campus* Vitória dos demais processos seletivos (tipo vestibular) realizados pelas Instituições Federais de Ensino”. As respostas demonstram certa maturidade e apontam aspectos relevantes, entre os quais:

- **Valorização do social e da história de vida dos candidatos**

No meu ponto de vista onde facilita a pessoa pobre de zona rural a ter uma condição de vida melhor onde com outra não ajuda porque está competindo varias pessoas mais inteligentes onde tiveram condição de estudar. (aluno 8)

Aqui no *Campus* procura investigar a família histórico da própria vida, coisa que nas demais instituições não procura saber. (aluno 20)

O IFPE – VSA visa alunos carentes, o vestibular visa alunos bons e ricos. (aluno 22)

A diferença é que o processo que o *Campus* adotou dá oportunidade aos filhos dos pobres, sim, ingressar na instituição. Já que o mesmo não teve condições de estudar em escolas boas. (aluno 26)

O processo seletivo existente no *Campus* Vitória, diferente de outros, visa a integração e a aprovação dos candidatos oriundos da zona rural e os de baixa renda. (aluno 40)

O colégio é mais consciente em relação às seleções do que os vestibulares. (aluno 44)

- **A estrutura do Processo Seletivo e o acompanhamento posterior dos alunos**

Porque no processo seletivo pelo *Campus* Vitória é uma coisa mais básica do que o vestibular, que é um processo mais exigente. (aluno 9)

No Instituto tem-se um acompanhamento com o candidato além da prova, o vestibular é uma prova em si: entra quem atingiu uma média na prova. (aluno 12)

O nível das provas, pois vestibular são todos os assuntos do ensino fundamental e médio e aqui as provas vão ser só com os assuntos do ensino fundamental. (aluno 13)

O nível do processo é totalmente diferente, porque se procura o nível fácil para aprovar os jovens da zona rural. (aluno 17)

Se diferencia por pesar muito a entrevista na maioria dos casos. (aluno 23)

Por ser um modo mais fácil, por ser apenas entrevista, interpretação de texto e redação. (aluno 28)

O que diferencia é a entrevista, pois a mesma procura saber sobre o particular (vida) do aluno. (aluno 32)

O que diferencia o processo seletivo realizado pelo *Campus* Vitória é que o nível de dificuldade é menor. (aluno 39)

Os vestibulares cobram o que acham que todos deveriam saber, mas sabemos que nem todos acabam tendo possibilidade de ter todo esse conhecimento. (aluno 45)

- A ênfase no interesse pela área e/ou curso

A diferença é que eles não querem saber se o aluno é um gênio, até porque a maior parte dos alunos que vêm pra cá são de escolas públicas e vêm de um ensino fundamental defasado. O que eles querem saber é se você se interessa com o curso. (aluno 10)

Porque o objetivo é dar prioridade às pessoas que realmente querem se atualizar na área que ele escolheu e que venha ingressar no mercado de trabalho. (aluno 11)

Que neste *Campus* a maioria dos alunos é indagado sobre a identidade com os cursos e a relação destes com a realidade do aluno. (aluno 27)

Além de ser mais fácil de aprovar, foca assuntos inerentes ao campo. (aluno 31)

c. O que pensam sobre a Escola de Ensino Profissional

Com o propósito de verificarmos se os alunos/sujeitos da pesquisa sabem diferenciar uma Escola de Ensino profissional de uma Escola de Ensino Médio Regular, perguntamos: qual a importância de estudar em uma Escola de Ensino Profissional? O que diferencia o estudante desta escola de um estudante de Escola de Ensino Médio regular? A este respeito Frigotto *et alii* (2005) nos trazem a seguinte contribuição:

A presença da profissionalização no ensino médio deve ser compreendida, por um lado, como uma necessidade social e, por outro lado, como meio pelo qual a categoria trabalho encontra espaço na formação como princípio educativo. (FRIGOTTO *et alii*, 2005, p. 125)

As respostas nos mostram que, na opinião dos alunos, o ensino profissional traz a oportunidade de: preparação para o mundo/mercado de trabalho; amadurecimento; profissionalização; preparação para o exercício da cidadania; melhor formação acadêmica; e de preparação para ingresso na universidade.

O estudante amadurece mais rápido além de já sairmos do ensino médio com uma formação profissional. (aluno 4)

Ao terminarmos os três anos, temos maiores condições e capacidade de conseguir um emprego de melhor qualidade. Nesse tipo de instituição, além de podermos estudar em dois turnos, temos um ensino de qualidade. (aluno 5)

Que podemos participar de forma mais significativa nas ações tomadas em nosso país. Participar do ensino, pesquisa e extensão. Além de tudo ter uma educação de qualidade. (aluno 7)

Porque nós vamos sair daqui com diploma de técnico e muitos já ingressam no trabalho. Enquanto o ensino médio ainda vamos tentar um vestibular. (aluno 11)

É importante, pois já terminamos o ensino médio com uma profissão e prontos para o mercado de trabalho. (aluno 13)

A importância que você sai formado com formação extra de ensino médio e técnico que facilita sua entrada no mundo do trabalho com formação que a instituição oferece. (aluno 20)

Que aqui temos a oportunidade (não são todos) de sair capacitado a enfrentar o mercado de trabalho na área agrária, tão necessitado de apoio técnico. (grifo do aluno) (aluno 27)

Diferencia-se oferecer um curso profissional que servirá para maior aceitação do aluno no mercado trabalhista. Oferece melhor formação acadêmica e melhor preparação para o campo profissional. (aluno 31)

Aqui o aluno já sai preparado para a vida profissional, em escola de ensino médio regular isso não acontece (aluno 38)

Porque você já sai com uma bagagem boa para quem entrar em uma universidade, e também na condição de profissional. A questão de ser mais puxado que uma normal de médio. (aluno 43)

Já é um aprendizado a mais que ganhamos. Assim estamos um passo à frente de quem não estudou numa Escola de Ensino Profissional. (aluno 45)

Apesar de as respostas revelarem um conhecimento genérico da especificidade da educação profissional, percebemos que os alunos vêm na escola profissionalizante de ensino médio uma oportunidade de realmente alcançarem o que se almeja neste nível de ensino: a preparação para o mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e para a vida acadêmica.

d. A escolha do Curso, da escola e a contribuição para a sociedade

Investigar as expectativas que orientam a procura por uma escola de ensino profissional, e a escolha de um determinado curso, nos levou a perguntar aos estudantes sobre o que os influenciou na escolha do curso; sobre o que pensavam fazer ao terminar o curso; e sobre o que pensavam a respeito do curso naquele momento (de quase conclusão), em comparação com o que haviam pensado no momento da entrevista.

É comum ouvirmos que os jovens não sabem o que querem e estão na escola sem um objetivo definido. Antes de aplicar os questionários, nos preparamos, de certa forma, para depararmos com afirmações que confirmassem o senso comum.

Mas as respostas nos surpreenderam, indicando que, apesar da baixa faixa etária em que os alunos ingressam nas escolas profissionalizantes de nível médio, são capazes de fazer suas escolhas com maturidade e determinação.

Dos 45 alunos que responderam o questionário 32 afirmam que, quando se candidataram aos cursos da escola, pensavam em trabalhar na área ou ingressar em cursos superiores ligados à área do curso, e apontam Agronomia, Engenharia e Medicina Veterinária como as áreas acadêmicas mais aspiradas. Ou seja, 71% dos alunos já vislumbravam trabalhar na área e/ou se prepararem para ingressar na Universidade em cursos que, de certa forma, fazem parte do itinerário formativo dos alunos do Curso de Agropecuária.

É necessário ressaltar que o ingresso em uma escola profissionalizante, que tem como principal objetivo a formação de técnicos de nível médio, não é contraditório com o projeto de cursar o ensino superior em áreas que tenham alguma ligação com a área agrícola, alargando o universo de possibilidades de realização profissional. A respeito disso Kuenzer (2009) afirma:

Para a maioria dos jovens, o exercício de um trabalho digno será a única possibilidade de continuar seus estudos em nível superior; o Ensino, portanto, deverá responder ao desafio de atender a duas demandas: o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos, com competência e compromisso. (KUENZER, 2009, p. 38)

A maioria dos alunos (55,5%) apontaram o interesse pela área do curso como razão para terem escolhido o Curso de Agropecuária quando se inscreveram no Processo Seletivo, mas existem outras razões para terem realizado tal escolha (Tabela 18). Apenas 8,9% dos alunos revelam que fizeram uma escolha aleatória do Curso, enquanto 4,4% escolheram o curso para atender a vontade dos pais, e 2,2% visavam a preparação para o Vestibular.

Tabela 18: Razões pelas quais os alunos escolheram o Curso de Agropecuária na inscrição para o Processo Seletivo

	Quantidade	Percentual
Interesse pela área do curso	25	55,5%
Escolha aleatória do curso	4	8,9%
Possibilidade de empregar-se após formado	4	8,9%
Preparar-se para o vestibular	1	2,2%
Atender a vontade dos pais	2	4,4%
Possibilidade de estudar numa escola federal	-	-
Interesse pela área do curso e atender a vontade dos pais	1	2,2%
Interesse pela área do curso e possibilidade de empregar-se após formado	3	6,7%
Interesse pela área do curso e escolha aleatória do curso	1	2,2%
Interesse pela área do curso, possibilidade de empregar-se após formado e possibilidade de estudar numa escola federal	1	2,2%
Interesse pela área do curso, possibilidade de empregar-se após formado e preparar-se para o Vestibular	2	4,4%
Possibilidade de empregar-se após formado, atender a vontade dos pais e possibilidade de estudar numa escola federal	1	2,2%
	45	100%

Ao considerarmos que 18% dos alunos residiam na zona rural, e 60% haviam cursado todo o ensino fundamental em escolas públicas, podemos compreender as mudanças trazidas pelo curso na vida deles e de suas famílias, enunciadas por eles próprios:

- A possibilidade de trabalhar na área agrícola como técnico e ajudar a família
 Sim, porque quando a pessoa faz aquilo que gosta é uma alegria para você, sua família. Este é o meu caso, sempre tive vontade de ser técnico agrícola. (aluno 6)

 Sim, porque vou ser um profissional na área que mais gosto. (aluno 8)

 Sim, estarei preparado para uma vida profissional, pois me especializei em uma profissão onde mim terecei (me interessei) em suas práticas, e posso ajudar minha família e crescer na minha área de trabalho. (aluno 12)

 Na minha vida sim, onde me tornarei um técnico bem sucedido, porém não podemos parar os estudos, pois há sempre novidades no ramo técnico. (aluno 29)
- A importância do acesso à Educação e a possibilidade de melhoria de vida
 Sim, pois teremos melhores condições que nossos pais, podendo assim ajudá-los financeiramente e conseqüentemente nos proporcionar uma carreira brilhante. (aluno 5)

 Com certeza, pois sou o integrante da família que mais estudou, conseqüentemente maiores possibilidade de melhorar as condições de vida (liberdade). (aluno 27)
- A possibilidade de ingresso na Universidade e no mercado de trabalho

Para mim, com certeza irá ser de fundamental importância, pois quando entrar na universidade irei me sair muito bem. E pra minha família será de fundamental importância, pois terei uma profissão. (aluno 7)

Sim, pois com uma base profissional fica mais fácil de se conseguir emprego, o que me trará retorno financeiro necessário a ingressar em uma universidade. (aluno 31)

Questionados sobre se acreditavam que, depois de formados, poderiam contribuir com suas comunidades, as respostas evidenciam que os conhecimentos adquiridos com a formação agrícola se destacam quando dizem como podem contribuir na comunidade em que vivem, demonstrando que não só aprenderam, mas internalizaram alguns princípios que perpassam os ensinamentos técnicos.

- O Técnico Agrícola e o trabalho com extensão e assistência técnica

Instruindo-os quanto à agricultura que é algo forte em minha cidade. (aluno 1)

Sim, trabalhando com extensão. (aluno 5)

Passar meu conhecimento principalmente para aqueles que não teve (tiveram) essa oportunidade. (aluno 6)

Sim, produzir alimento e ajudando os pequenos agricultores que não tiveram oportunidade (aluno 8)

Sim, ajudando os criadores de animais que cercam minha área. (aluno 13)

Sim. Prestando assistência aos pequenos produtores rurais de minha cidade (aluno 26)

Sim, Por ser técnico em agropecuária e minha família ser a maioria agricultor poderei estar ajudando de forma, com pesquisas sobre solo, clima, topografia e dando a eles uma forma mais satisfatória de plantar sua cultura. (aluno 28)

Sim, passando conhecimento e tirando dúvidas relacionadas à agropecuária. (aluno 30)

Sim, auxiliando pequenos produtores em atividade agrícolas e divulgando a escola. (aluno 31)

Sim, é uma das razões de meu esforço. Pretendo trabalhar com o pequeno produtor que não tem conhecimento suficiente para o aumento de sua produção. (aluno 40)

- Os conhecimentos técnicos: meio ambiente, agricultura familiar

Acredito, porque posso aplicar meus conhecimentos adquiridos no ensino técnico, além de contribuir para o desenvolvimento local e sustentável. (aluno 7)

De várias formas contribuirá com a comunidade informando que o meio ambiente é muito importante para nós e principalmente futuramente para nossos filhos, e netos. (aluno 9)

Sim, pois visto uma agricultura sustentável onde moro e os pequenos produtores serei útil para ajuda-los com meus conhecimentos obtidos na instituição. Projetos, melhoramento na produção etc. (aluno 12)

Sim, ajudando as pessoas a valorizarem o mundo de forma sustentável. (aluno 17)

Sim, alertando sobre a agricultura familiar e ajudando na área de segurança no trabalho em campo. (aluno 22)

- Os conhecimentos técnicos e a consciência social

Sim, e ao mesmo tempo me sinto “de mãos atadas”, pois onde existe mais necessidade de informação que é o pequeno agricultor não existe um movimento organizacional para promovê-los.(estado, prefeitura) (aluno 27)

Sim, posso contribuir transmitindo conhecimentos, para minha comunidade, mas é essencial a ajuda da prefeitura. (aluno 35)

Colocando em prática meus conhecimentos, com a comunidade local, fazendo troca de experiências. (aluno 36)

Sim. Mostrando meu trabalho através de projetos de inclusão social. (aluno 45)

Cabe destacar que, ao serem perguntados sobre como a Escola contribuiria na sua vida futura, os alunos evidenciaram a importância da mesma na sua formação integral, não só como técnicos, mas também como cidadãos. Chamou nossa atenção a opinião dos alunos a respeito dos próprios papéis sociais e do papel social da escola, e de como esta influenciou a formação do caráter, a visão de mundo e o amadurecimento pessoal.

Podemos identificar em algumas falas os elos afetivos e de referência que são característicos dos egressos das Escolas Agrícolas, como decorrência das relações estabelecidas no regime de residência, no convívio diário, e no ensino integral durante os três anos de curso. Segundo eles a escola contribuiu para:

Acreditar em mim, que um dia irei conseguir vencer na vida. (aluno 2)

Amadurecimento em todos os sentidos. (aluno 5)

Ter autoconfiança, poder participar na construção de um país mais digno e harmonioso. Com tudo, contribuir para melhoria de vida das pessoas, através de conhecimentos adquiridos na escola. (aluno 7)

A contribuição para minha vida futura formará técnicos e profissional, mas um cidadão da sociedade para saber seus direitos e deveres. (aluno 9)

Me ajudou a dar os primeiros passos na minha vida profissional, pois quando sair só depende de mim, de meu caráter, humildade, e ser um bom profissional honrando o nome da instituição. (aluno 12)

No ensino técnico e na vida, crescemos em duas escolas, em conhecimentos e na vida, aprendemos muito aqui com as diferenças. (aluno 20)

Pra realidade que vivia, essa escola foi “o abrir os horizontes”, mostrar que a vida tem muito mais oportunidades que a antiga visão limitada me impedia de enxergá-las. (aluno 27)

Conhecimentos técnicos, nos tornando homens, pois saímos de casa muito cedo ficando longe da família, com isso ocorre uma mudança. (aluno 29)

O esforço e a capacidade que aqui eu aprendi que se queremos algo devemos conquistar. (aluno 30)

Bom, acho que aqui formei minha personalidade e meu caráter e vou levar a experiência de viver com pessoas diferentes. (aluno 33)

A maior contribuição que a escola pode dar é o conhecimento e a ética, onde para manter-se em um emprego não é só necessário conhecimentos e, sim, respeito com o colega de trabalho, entre outras coisas. (aluno 35)

É inexplicável a contribuição que o *Campus* Vitória trouxe para toda a minha vida. Além de me profissionalizar, este *Campus*, que ao meu ver é único em todo o mundo, me deu boa base ética e ideológica. Aqui construí amizades e uma grande família. (aluno 40)

Abrir os olhos para o mundo que existe lá fora, pois quando ficamos em casa fica-se em um mundo mais contido, e quando saímos daquela realidade abre-se um leque de oportunidade. (aluno 43)

e. A Inclusão social: como é percebida pelos alunos.

Quando perguntamos: “Como você define Inclusão social?”, observamos que a inclusão social é definida pelos alunos de modo ampliado e ligada diretamente à Educação, ao acesso à Escola de qualidade e ao conhecimento científico e ao respeito às diferenças raciais, de gênero e classe.

Incluir um cidadão na sociedade (aluno 3)

Fazer que um indivíduo tenha um lugar digno na sociedade, onde além dos seus deveres tenham direitos garantidos. (aluno 5)

Um ato ou ação que possa contribuir para o desenvolvimento de uma determinada localidade. Além de inserir pessoas que não tem uma oportunidade onde mora. (aluno 7)

Inclusão social tem como sua definição que as pessoas deve ter direitos e deveres na sociedade tipos de melhorar sua vida social os jovens ingressa numa escola técnica para quando chegar numa faculdade ter mais facilidade de aprendizagem por exemplo nós que somos de escolas agrícolas quando chega na rural iremos ter plena facilidade de aprendizagem . (aluno 9)

Inclusão social é muito difícil hoje em dia pois a cada dia vimos menos gente de áreas carentes de pequenos municípios entrar em colégios dignos, em universidades, ainda predomina o racismo moral e étnico. (aluno 12)

Inclusão não é apenas de uma poção dar dinheiro para pessoas e esses aquecer a economia, inclusão social é subsidiar essas pessoas com educação e saúde de qualidade (pontos básicos para a formação de um ser humano) e essas caminhar com seus próprios pés. (aluno 14)

É uma forma de incluir pessoas pobres e filhos de agricultores em escolas, por exemplo. (aluno 16)

Inclusão social: Processo no qual várias pessoas sejam pobres, ricos estão incluídos para formar uma sociedade digamos sem preconceitos ou seja para todos. (aluno 23)

Conhecimentos iguais a todos. (aluno 25)

É o ato de incluir pessoas a nossa forma de viver por exemplo, a escola pode realizar um tipo de inclusão social admitindo pessoas que geralmente são excluídos da sociedade. (aluno 38)

Inclusão social é o ato de você integrar pessoas de várias classes sociais e várias opções sexuais e também deficientes, para que os próprios usufruem da mesma maneira que os outros. (aluno 43)

Em algumas colocações os alunos mostram que têm consciência de, que através da Educação, poderão buscar seu lugar na sociedade, tendo clareza dos seus direitos e deveres e, mais ainda, que a escola pode optar, sim, por ser um meio de inclusão ou exclusão social. A esse respeito Luckesi (2010) complementa:

o mínimo que se poderia pensar da democratização do ensino seria garantir a todos a possibilidade de ingressar no processo de escolarização, tendo em vista a aquisição de um instrumental, mínimo que fosse, para auxiliá-lo na movimentação dentro dos bens que esta sociedade criou, como úteis e necessários ao bem-viver. (LUCKESI, 2010, p. 62)

3.3 Os Servidores Sujeitos da Pesquisa

Para termos uma percepção maior de do Processo Seletivo no sentido de saber como está sendo entendido e aplicado o conceito de inclusão social, resolvemos incluir na pesquisa os servidores que participaram dos processos seletivos nas suas diversas etapas. A cada ano envolvem-se diretamente com o Processo Seletivo mais ou menos 25 pessoas que participam ativamente das várias fases da seleção. Apresentamos a proposta de nossa pesquisa aos servidores (professores e servidores administrativos) do *Campus* Vitória, que atuaram nos Processos Seletivos no período de 2006 a 2010, e enviamos o questionário por meio eletrônico e também impresso, deixando claro que deveriam respondê-lo aqueles que se sentissem à vontade para fazê-lo.

Responderam ao questionário 12 servidores: 07 Servidores administrativos e 05 Professores. Quanto à participação nos Processos Seletivos e quantidade de fases (Tabela 19), obtemos o seguinte quadro:

Tabela 19: Quadro Representativo da Participação dos Servidores nos Processos Seletivos no período de 2006 a 2010

Servidor	Número de Processos Seletivos que participou	Número de fases que participou
01	01	01
02	01	04
03	02	02
04	04	03
05	01	01
06	02	03
07	05	01
08	01	02
09	05	06
10	01	03
11	05	02
12	02	01

3.3.1 O Processo Seletivo e a inclusão sob a ótica dos servidores do Campus Vitória: Impressões, Definições e Sentimentos

Assim como procedemos com os alunos, fizemos algumas perguntas para saber como o Processo Seletivo estava sendo entendido pelos servidores, e a partir dos dados obtidos definimos cinco temáticas: a. O Processo Seletivo e o ingresso de alunos provenientes de escolas públicas e da zona rural; b. O Processo Seletivo e a identificação dos alunos com o curso; c. O Processo Seletivo do *Campus* x Os Processos Seletivos Tradicionais; d. A definição de Inclusão e o Processo Seletivo enquanto Política de Inclusão; e. Sentimentos com a participação no Processo Seletivo.

a. O Processo Seletivo e o ingresso de alunos provenientes de escolas públicas e da zona rural

Perguntamos aos servidores se, na opinião deles, o Processo Seletivo realizado pelo *Campus* favorecia o ingresso dos alunos provenientes de escolas públicas e/ou oriundos da zona rural, e pedimos que justificassem sua resposta. Na opinião unânime dos servidores, o Processo Seletivo favorecia, sim, o ingresso de alunos com aquelas características, apontando alguns fatores que o diferenciavam dos processos seletivos tradicionais:

- A prevalência da função social sobre o aspecto cognitivo, que se faz presente nas diversas fases do Processo Seletivo

Devido à forma diferenciada do processo seletivo, que não é baseada no aspecto meritocrático, mas sim dentro de uma proposta de resgate de uma parcela de jovens que, por outra forma, não teriam acesso a um ensino público federal de qualidade, que venha a oferecer-lhes uma habilitação técnica fim do ensino médio. (Servidor5)

Como o processo seletivo se norteia na “função social do instituto” que é promover a inclusão, todas as etapas da seleção, desde a divulgação, inscrição, elaboração da prova...favorecem o alcance dessa meta, o que

permite um sentimento de “missão cumprida” por parte daqueles que participam ativamente desses momentos. Pelo menos esse é o sentimento nutrido por mim ao término da seleção. (Servidor6)

Os créditos acordados para o processo de entrevista de pais e candidatos, na ocasião em que participei, garantiu a perspectiva da inclusão social. Há uma sensibilidade compartilhada por boa parte dos profissionais que atuam na instituição que aponta para tal direção: a função educativa – social dos IFs. Também, na medida em que o processo seletivo não fica reduzido a uma prova de “conhecimentos”, isso garante a ampliação dos parâmetros de seleção para além dos aspectos restritamente cognitivos. (Servidor7)

Considerando que a Instituição tem bem definidas suas políticas de inclusão, com critérios claros e bem objetivos. Sem dúvida o processo de seleção adotado em nosso *Campus* favorece o ingresso prioritamente dos alunos oriundos de zona rural e de escolas públicas tanto municipais quanto estaduais. (Servidor11)

Desde o processo de divulgação que procura atingir as escolas cuja clientela seja proveniente da zona rural, no processo de inscrição através do preenchimento do questionário e até nas correções das redações. (Servidor12)

- O peso do questionário aplicado na entrevista

Certamente não há dúvida que o processo favorece o ingresso dos candidatos citados acima pois o peso maior na avaliação do mesmo corresponde a análise do questionário socioeconômico e não tanto para a prova escrita (questões objetivas e redação) (Servidor2)

O questionário sócio-econômico por ser instrumento principal no processo seletivo oportuniza selecionadores em escolher os alunos da escola pública e da zona rural; pois poderão analisar o perfil deles. (Servidor4)

Sim, na entrevista são observados os critérios que tem o intuito de garantir a inclusão social de modo uniforme. (Servidor8)

b. O Processo Seletivo e a identificação dos alunos com o curso

Saber se o Processo Seletivo é um mecanismo que realmente permite o ingresso de alunos mais identificados com o curso que escolheram fazia parte dos principais questionamentos que nortearam a nossa pesquisa, já que as mudanças no Processo Seletivo também foram realizadas pensando em trazer para o interior da escola alunos identificados com o curso escolhido.

Devido à especificidade do Curso de Agropecuária, o ingresso de alunos que não possuem identificação com o curso ou área pode acarretar um aumento no número de alunos evadidos e repetentes, principalmente em um curso integrado, em que o aluno cursa uma matriz única na qual as disciplinas tanto do ensino médio quanto do profissional possuem o mesmo peso, e deve ser aprovado no estágio curricular para concluir o curso.

Anualmente os alunos cursam 17 disciplinas em média, e têm de realizar práticas como plantio, capina, descorna, vacinação de animais, entre outras, além de estudos que vão desde a composição do solo ao desenvolvimento de novas tecnologias de irrigação. Com este nível de atividades, é de se supor que o interesse na área constitua-se em estímulo para que o aluno cumpra os três anos de curso sem que seu desempenho seja prejudicado.

Pelo fato de os servidores que haviam participado dos Processos Seletivos do Campus, no período de 2006 a 2010, terem acompanhado os alunos, seja como professores desses alunos, seja como técnicos administrativos que exercem funções ligadas diretamente ao ensino (assistentes de aluno, pedagogos, servidores lotados no Departamento de Ensino), perguntamos aos mesmos se o processo seletivo realizado pelo *campus* Vitória tem possibilitado o ingresso de alunos identificados com o curso/ área de agropecuária, solicitando que justificassem suas respostas.

Dos 12 servidores participantes apenas 01 respondeu NÃO à questão, justificando desse modo:

Apesar do foco dos alunos da zona rural, boa parcela desses alunos não seguem a carreira. A influência familiar e a estrutura do IFPE ainda é um grande atrativo. (Servidor10)

Dois servidores concordam em parte que o processo seletivo, realizado pelo *campus* Vitória, tem possibilitado o ingresso de alunos identificados com o curso/área de agropecuária, mas percebem falhas no processo e trazem à tona a discussão sobre a necessidade de reestruturação curricular dos cursos de forma a atender não somente as demandas do mundo trabalho, mas principalmente que tenham seus currículos voltados a atender as novas demandas do ensino, que articule trabalho, cultura, ciência e preparação para a vida, e que reflitam a verdadeira integralização. Ao tratar de currículo integrado Frigotto *et alii* (2005) nos trazem a seguinte contribuição:

No currículo que integra formação geral, técnica e política, o estatuto de conhecimento geral de um conceito está no seu enraizamento nas ciências como “leis gerais” que explicam fenômenos. Um conceito específico, por sua vez, configura-se pela apropriação de um conceito geral com finalidades restritas a objetos, problemas ou situações de interesse produtivo. A tecnologia, nesses termos, pode ser compreendida como a ciência apropriada com fins produtivos. Em razão disso, no currículo integrado nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica. (FRIGOTTO *et alii*, 2005, p. 120-121)

Instigam-nos também, a refletir sobre a urgência da ampliação das discussões em torno do Ensino Profissionalizante com vista a garantir a efetiva inclusão, que garanta uma ampliação do ensino profissionalizante através de cursos e ações que realmente representem a mudança necessária na educação profissional, para que não se caracterizem como ações políticas com um fundo apenas compensatório e demagógico.

Apontam, ainda, a necessidade de investir no esclarecimento do perfil e especificidades do curso antes do aluno ingressar e o ingresso de alunos que também não possuem identificação com o curso.

Sim, em parte. Na medida em que, nas entrevistas, procura-se identificar a afinidade dos garotos e suas famílias com o universo do campo e áreas afins. Porém, o fato de termos turmas com perfil tão urbanizado sinaliza, de alguma forma, uma certa dimensão de fracasso de nossa instituição (e de seu processo seletivo), posto que não consegue focar naquele que seria o seu público alvo. Penso, também, que o aluno chega muito “verde” à instituição, especialmente no que diz respeito à escolha profissional. Seria necessário, na minha humilde observação, um período probatório ou introdutório anterior à opção específica. Do mais, é preciso ter coragem de discutir a preocupante introdução prematura de “furo” da política (do governo Lula) de ampliação do ensino profissionalizante, especialmente quando não se abre espaço para

tais discussões. É perigoso preparar (geralmente, ingenuamente) jovens das classes populares para atender às necessidades/demandas do mundo do trabalho: a sociedade industrial, já há muito em crise, continua a ditar as estruturas do currículo escolar. Uma pena! (Servidor7)

Sem dúvida nenhuma, o processo de seleção utilizado no *Campus* favorece o ingresso de alunos identificados com os cursos técnicos apontados por eles no ato da inscrição. Entretanto, na prática, seja por comportamento inadequado dos candidatos na entrevista ou por possíveis falhas existentes durante o processo, temos verificado que o público que tem entrado na escola não vem apresentando essa identificação tão desejada e necessária para um bom trabalho no *Campus*. (Servidor11)

Os demais servidores acreditam no ingresso de alunos mais identificados com o curso, indicando aspectos importantes que vão além do Processo Seletivo:

- A definição do perfil do aluno pretendido e a valorização da realidade deste aluno, presentes nos instrumentos utilizados no Processo Seletivo

Pois na análise do questionário sócio econômico e nas entrevistas no ato da inscrição, a equipe de seleção tenta, através das perguntas, verificar se realmente a realidade do aluno corresponde às áreas de atuação do curso e principalmente se o mesmo possui interesse em ingressar e desenvolver-se profissionalmente na área. (Servidor2)

Um dos aspectos mais relevantes em uma instituição de ensino é saber identificar suas demandas e oferecer oportunidade de acordo com elas. O IFPE Vitória identifica alunos que tem perfil voltado para agropecuária e oferece uma oportunidade de inclusão social que muitas vezes está associado a uma fatia específica da sociedade. (Servidor8)

- O investimento e a necessidade de continuar investindo na aproximação da escola com a comunidade que representa seu público alvo

Acredito que estejamos no caminho correto para alcançarmos tal objetivo, apesar de ainda necessitarmos de uma maior aproximação com o nosso público alvo, o que certamente se dará quando conseguirmos demonstrar de forma inequívoca a este público a importância que os [cursos] oferecidos pelo *Campus* pode trazer no sentido de uma melhor qualidade de vida, advinda de melhores práticas de manejo sustentável e o consequente aumento da renda rural. (Servidor5)

Percebe-se com o passar dos anos que os alunos estão cada vez menos identificados, porém ainda existe uma “clientela” fiel a sua vocação para ciências agrárias. Para isso, temos que, cada vez mais, ampliar a divulgação em cidades circunvizinhas que tenham em seu arranjo econômico o meio rural, a produção, não só para a subsistência mas também para a comercialização. (Servidor6)

Acredito que, cada vez mais, a comissão de seleção procura ir às comunidades, associações e sindicatos ligados à área agrícola. (Servidor12)

c. O Processo Seletivo do *Campus* x Os Processos Seletivos Tradicionais

Perguntados sobre o que diferenciava o processo seletivo realizado pelo *campus* Vitória dos demais processos seletivos (tipo vestibular) realizados pelas instituições Federais

de Ensino, obtivemos dos servidores opiniões similares as dos alunos pesquisados, que apontam a opção do Campus pela inclusão como fator determinante na diferenciação do Processo Seletivo, mas também apontam a necessidade de tornar o processo ensino-aprendizagem mais inclusivo através do currículo:

- O Processo Seletivo com ênfase na valorização do interesse pela área e/ou curso e não apenas do conhecimento dos conteúdos disciplinares

O processo seletivo do IFPE – Vitória consegue vislumbrar o que os processos comuns (vestibular) não conseguem: a real necessidade e identificação com o curso. (Servidor1)

É que os demais processos seletivos desenvolvidos pelos outros campi do IFPE centram-se na seleção escrita, ou seja, redação e provas/questões objetivas. Dessa forma, a seleção do candidato acaba restringindo-se ao desempenho do aluno na prova escrita, impedindo de selecionar realmente alunos que identifiquem-se com o curso e que necessitam ingressar em escola de ensino público. (Servidor2)

Além de medirmos a capacidade de conhecimento do aluno, também fazemos uma análise sócio-econômica para ingresso em nosso instituto. Não há necessidade de uma avaliação extrema como nos outros vestibulares. (Servidor3)

O IFPE *Campus* Vitória não se baseia nas questões cognitivas dos alunos, mas analisa a parte humanística do aluno; isto a diferencia das demais instituições (Servidor4)

Não há dúvidas que o processo de seleção através de vestibular favorece, reforça e legitima a exclusão, uma vez que privilegia a entrada de candidatos detentores de conhecimentos e que têm uma melhor preparação. Já o processo utilizado pelo *Campus* Vitória favorece, possibilita e privilegia candidatos oriundos do meio rural, de escolas públicas e de um nível social menos favorecido. Que certamente não teriam oportunidades de entrar numa escola de qualidade se o processo fosse o vestibular, ou seja, no nosso processo entra na escola quem tem ... realmente precisa de uma qualificação profissional com qualidade. (Servidor11)

A preocupação mais explícita em cumprir a sua função social, considerando outros parâmetros que não os exclusivamente cognitivos. Há, de fato, a vontade política de viabilizar a inclusão de jovens que, abandonados aos critérios meramente técnicos-instrumentais-cognitivos, estariam fadados a ser excluídos. Porém, é preciso dizer também que não basta um processo seletivo de perspectiva inclusiva. Há que o currículo escolar estar sincronizado, de fato, teórica e praticamente, com tal opção. No *Campus* Vitória, a compreensão, no meu parco entender, equivocada de ensino integrado - apoiado na ótica da fragmentação do conhecimento (um adolescente com 17/17 disciplinas ou professores) - inviabiliza a efetização de um processo de ensino-aprendizagem verdadeiramente inclusivo. Lançar no mercado profissionais (advindos dos meios populares) desqualificados, longe de significar inclusão, é a ratificação da exclusão social. Isso é preocupante! (Servidor7)

O servidor 7 vai além de diferenciar a estrutura do processo seletivo, e traz no bojo de sua colocação um desafio para a Educação profissional, que é buscar uma nova concepção de

Ensino Integrado que possibilite uma reestruturação curricular; que contemple uma real articulação Ensino Médio e Profissional, que quebre a rigidez e a fragmentação curricular que ainda se faz presente nos planos dos cursos, e que acompanhe, enfim, a opção pela inclusão do Processo Seletivo para que não seja caracterizada a exclusão interna dos incluídos. Kuenzer (2009) reforça nossa reflexão:

A Escola pública de Ensino Médio só será efetivamente democrática quando seu projeto pedagógico, sem pretender ser compensatório, propiciar as necessárias mediações para que os menos favorecidos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural. (Kuenzer, p. 43, 2009)

- O reconhecimento do papel social do Campus na valorização dos alunos provenientes da zona rural e das classes populares

A nítida opção do *Campus* Vitória pela camada da população, no caso a rural, que é de certa forma esquecida, ou excluída, do processo de industrialização no qual se insere um imenso conteúdo tecnológico, distante do dia a dia desta população. (Servidor5)

Todo o processo é bastante peculiar, personalizado, diferenciando em totalidade de outros processos seletivos que temos em outras instituições de ensino... Toda essa ação é para que se possibilite o ingresso de sujeitos excluídos socialmente e que adotem vocação para o meio rural. (Servidor6)

Até o presente momento o Instituto de Vitória tem levado em consideração vários aspectos sociais contrabalanceando com o desempenho acadêmico do candidato. Isso consolida de forma positiva o princípio básico da ISONOMIA onde: “os iguais são tratados de forma igual e os desiguais, de forma desigual, na medida de suas desigualdades.” (Servidor8)

O processo seletivo do *Campus* Vitória dá oportunidade para os alunos que não tiveram um ensino tão privilegiado em escola pública a ingressar em uma instituição de qualidade social. (Servidor10)

d. A definição de Inclusão e o Processo Seletivo enquanto Política de Inclusão;

Solicitamos aos servidores que definissem inclusão, e avaliassem se o processo de seleção da escola se caracterizava como política de inclusão:

É o conjunto de ações voltadas ao estabelecimento de uma cidadania plena que leve à formação de uma nação com ideais humanistas e solidários, no qual o bem estar comum se sobrepõe ao individual. (Servidor5)

Inclusão por si só já traduz a ideia de inserir, fazer parte de algo. Portanto o processo de inclusão sedimenta-se em permitir que os indivíduos “marginais” (sentido de “à margem da sociedade”) possam ter acesso aos mais diversos serviços, e entre eles, a educação de excelência. (Servidor6)

Um processo educativo-político-sócio-econômico-cultural em que, efetivamente, se procura minorar dificuldades e ampliar condições favoráveis que possibilitem aos históricos – socialmente excluídos buscar, em pé de maior igualdade de oportunidades, realizar os seus pleitos,

corrigindo – a médio/longo prazo (esperamos!) – a grande injustiça social que ainda nos mancha enquanto nação. (Servidor7)

Primeiro, como um ato político. Uma decisão política. Segundo, como algo necessário, considerando a história de exclusão social dos seus pais. Terceiro, como decisão a favor dos mais pobres, das minorias que tiveram seus direitos negados e foram excluídos das oportunidades educacionais numa sociedade nitidamente marcada pela luta de classes (Servidor9)

Entendo inclusão social como um processo que oportunize às pessoas que estão à margem da sociedade o acesso a serviços e direitos que historicamente lhes foram negados, garantindo-lhes a cidadania para que possam ascender socialmente mediante seu crescimento cultural, integral e econômico, como: educação, saúde, emprego, renda, entre outros. (Servidor11)

Observa-se claramente, no depoimento do servidor9, que a inclusão constitui-se em uma vontade e uma decisão política, corroborando a avaliação geral de que o Processo Seletivo, da forma como está constituído, caracteriza-se uma Política de Inclusão. Alguns justificam suas respostas enfatizando a decisão da gestão de optar por um processo inclusivo para minimizar a dívida social do País com as classes populares, garantindo-lhes a possibilidade de alcançar a verdadeira cidadania por meio da educação:

Porque tenta, através de um processo seletivo, conseguir dar acesso à educação a candidatos que recorressem a outras instituições não conseguiriam ingressar num curso técnico de qualidade para se preparar e aperfeiçoar-se para o mercado de trabalho, mas também para atuar ativamente na sociedade. (Servidor2)

Sim, uma vez que ele se propõe a oferecer meio para que uma cidadania plena possa ser construída. (Servidor5)

Sim, uma vez que o espírito que o impulsiona assume, nitidamente, tal perspectiva. Também porque, efetivamente, garante que, pelo menos, os internos sejam provenientes de famílias com menor poder aquisitivo. Além disso, é inclusivo porque busca privilegiar jovens de raiz campesina, historicamente excluídos do acesso a um ensino de qualidade. (Servidor7)

Sim, porque tem claro que aluno busca, por que tem procurado incluir jovens da zona rural que historicamente foram excluídos das oportunidades de ensino. (Servidor9)

Conforme já afirmei anteriormente, nossa escola tem bem definidas suas políticas de inclusão e nesse particular o processo de seleção adotado nos últimos seis anos tem-se constituído verdadeiramente numa consolidação dessas políticas ao privilegiar o acesso de jovens pertencentes a um nível social menos favorecido. (Servidor11)

e. Sentimentos com a participação no Processo Seletivo

Ao solicitarmos que os servidores descrevessem o seu sentimento ao participarem do Processo Seletivo de alunos da escola estávamos atendendo a uma sugestão feita no momento da nossa qualificação com o intuito de conhecermos o que sentem os entrevistadores ao realizarem seu trabalho.

Deparamo-nos com depoimentos que revelam o sentimento de pertencimento e comprometimento com o *Campus*, e de satisfação e realização com a possibilidade de partilhar de histórias de vida que levam à reflexão do papel de educador de cada um, promovendo e garantindo a inclusão social.

É uma experiência muito valorosa, pois pude perceber a necessidade de contemplar diversos fatores na hora de avaliar um candidato. (Servidor1)

Com relação à seleção de novos alunos do IFPE *Campus* Vitória posso afirmar que realmente corresponde a um processo que efetivamente contribui com a inclusão social dos candidatos, principalmente dos candidatos oriundos das cidades do interior e residentes na zona rural. O fato de saber que os trabalhos da seleção voltam-se para contribuir o máximo possível por priorizar o ingresso de candidatos que necessitam dessa oportunidade e que a estes indivíduos será oferecida uma formação de qualidade que permita a estes progredir socialmente e profissionalmente, passa a ser recompensador. Nós passamos a ser, ou melhor, assumir o papel de indivíduos que facilitam a inclusão destes jovens. (Servidor2)

É como se estivéssemos ajudando os alunos a concretizarem um sonho que em outras oportunidades julgavam impossível. (Servidor3)

Certamente é uma experiência inesquecível seja do ponto de vista profissional ou humano. Deparamos-nos com histórias, ou tragédias, de vida que poderiam ter sido reescritas se a “vida” tivesse oferecido outros caminhos, se a sociedade se dispusesse a escutar o grito mudo destes meios cidadãos. Participar da seleção nos dá a oportunidade de resgatarmos uma parte destas vidas, mesmo que seja através da “continuação” delas, seus filhos. (Servidor5)

É um sentimento de realização profissional em concomitância com a sensação de pertencimento e comprometimento com o instituto do qual faço parte. Enxergar no decorrer do ano a excelência de algumas escolhas e o merecimento de diversos alunos no ingresso nesse instituto é algo que reforça o nosso papel e nos dá ânimo para continuar fiel à missão Institucional. (Servidor6)

A melhor possível, posto que foi uma oportunidade de conhecer, pelo menos um pouco, a história familiar daqueles que serão nossos alunos. Trabalhar com esses jovens, tendo o mínimo de ciência dessa sua história, dá-nos a oportunidade de implementar um processo em sala mais coerente e respeitoso com a pessoa de cada um, levando em conta sua história, seus dramas, suas carências. (Servidor7)

Sensação de estar oferecendo oportunidades igual aos desiguais. De dar chance de, pelo menos, os menos favorecidos disputar de forma igual a uma vaga na instituição e de ver a transformação dos alunos, durante o curso, os quais agarraram a oportunidade de forma ímpar e demonstraram suas capacidades afloradas de quem só faltava uma oportunidade na vida para iniciar um processo de transformação social e pessoal. (Servidor8)

Como sou defensor das políticas que favoreçam a inclusão social daqueles que historicamente viveram à margem da sociedade, sobretudo no que se refere o acesso à educação de qualidade, minha participação no processo de

seleção adotado no *Campus* Vitória constitui-se numa experiência de grande valia para mim uma vez que é uma oportunidade de colocar em prática de forma efetiva aquilo em que eu acredito. Ter a consciência de contribuir para que jovens oriundos de um meio social desprivilegiado tenham acesso a uma educação de qualidade, que antes lhes era negada, é sempre gratificante para qualquer educador politicamente comprometido. (Servidor11)

Em uma das falas percebemos a preocupação de ampliar o número de vagas ofertadas para que se possa garantir o acesso de todos que precisam a uma educação de qualidade.

Possui pontos positivos, no sentido de aproximar todos os servidores dos candidatos, aproximando as relações. Porém, acredito que ainda há muito a melhorar no sentido de garantir a vaga a todos que não têm acesso. (Servidor10)

Sabemos que não há como garantir que todos ingressem na instituição, mas acreditamos que é possível e necessário que ocorra a ampliação de vagas destinadas ao regime de residência, no sentido de permitir um acesso maior dos jovens provenientes da zona rural e cidades distantes que necessitam deste tipo de vínculo para que seja viabilizado o seu ingresso na instituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidimos realizar esta pesquisa tínhamos consciência de que enfrentaríamos algumas dificuldades, principalmente no que diz respeito à falta de literatura sobre a temática. Além desse fato, por ser servidora, e ter acompanhado as mudanças vivenciadas e fazer parte da equipe gestora da instituição, tivemos o receio de não conseguir manter o distanciamento necessário para analisar nosso objeto de estudo. Mas o maior desafio foi, com certeza, conciliar as atividades de pesquisadora com as atividades cotidianas do exercício da gestão.

No decorrer da pesquisa foi prudente, em alguns momentos, recorrer à ajuda de alguns estagiários de pedagogia que nos ajudaram na aplicação dos questionários aos alunos. O cuidado, nesse caso, persistia no fato de que não queríamos que confundissem a pesquisadora com a figura da Diretora de Ensino da Instituição, cuja presença poderia ser interpretada por alguns como condicionante de orientarem suas respostas para atender à gestão. Por isso, conduzimos a aplicação dos questionários com os alunos em dois momentos distintos: inicialmente, uma visita às turmas para explicar o objetivo da pesquisa e agendar a data de aplicação do questionário, deixando livre a participação; e no segundo momento a aplicação do questionário.

A participação de 45% dos alunos das turmas de Agropecuária, um percentual significativo e estatisticamente representativo como já dissemos anteriormente, nos surpreendeu, pois se deu de forma voluntária e acompanhada de uma expectativa por parte dos mesmos quanto a terem acesso aos resultados da nossa pesquisa logo que fosse concluída. Ao analisarmos as respostas dos alunos, entendemos o porquê da ansiedade dos mesmos, pois nas entrevistas deixam transparecer um sentimento de pertencimento quando falam do processo seletivo.

A escolha da problemática sempre esteve intimamente ligada ao exercício das atividades enquanto pedagoga, pelo fascínio diante da vivência concreta de uma mudança significativa através da e na educação. O referencial teórico utilizado nos deu o aporte necessário para realizarmos as reflexões em torno da temática e as análises dos dados e das falas dos pesquisados.

Ao tratarmos do direito à educação nos deparamos com um problema inerente a todas as modalidades de ensino no país: a educação de qualidade no nosso país é direito de todos por lei, mas na prática é privilégio de poucos. A esse respeito corroboramos com Gomes (2009) que afirma:

Os direitos humanos são axiológicos, e a dignidade da pessoa humana ocupa papel central. A forma de disseminar o princípio nuclear da dignidade e outros valores está diretamente ligada à ideologia que se transmite através da educação e da cultura, que ocupam o eixo estrutural principal na construção histórica de criar e recriar uma sociedade melhor, mais justa, livre e igualitária. (GOMES, p. 47, 2009)

A garantia a todos do acesso à educação pública e de qualidade, além de ser dever do estado, representa a possibilidade de promover o real desenvolvimento social, preparando o indivíduo para exercer efetivamente sua cidadania, conhecendo seus direitos, deveres, e através da preparação para o trabalho alcançar melhores condições de vida.

No decorrer da pesquisa ficou claro que só garantir o acesso não se caracteriza a inclusão social efetiva, pois, além do acesso, é essencial proporcionar as condições para que o aluno permaneça e obtenha sucesso na escola. Para tanto, a pesquisa também nos mostra que quando a política de inclusão conta com o apoio e o incentivo da gestão, e é bem entendida e

abraçada pela comunidade, a implantação das mudanças torna-se mais eficaz, visto que gera comprometimento de todas as partes.

Percebemos pelos dados apresentados que as mudanças no processo seletivo e as medidas pedagógicas adotadas pela escola atingiram o objetivo de promover a inclusão social. Os dados apontam que a maioria dos alunos ingressantes no curso de agropecuária, no período em que as mudanças foram implantadas, é procedente de cidades do interior do Estado, e que houve um aumento significativo no ingresso de alunos da zona rural e principalmente de escolas públicas; e mais, que estes permaneceram no interior da escola.

A pesquisa também nos mostra a importância do regime de internato para que as propostas de inclusão sejam concretizadas, já que a instituição tem-se orientado para a aproximação com as comunidades do interior do estado. Fica também claro que é necessária a ampliação de vagas para este regime em face ao número de candidatos.

As falas dos alunos a respeito do processo seletivo nos mostram que eles compreendem e vêem o processo seletivo como inclusivo e não excludente, ao reconhecerem que o processo favorece o ingresso dos alunos provenientes de escolas públicas e/ou oriundos da zona rural, mas que não discrimina os alunos da rede particular de ensino ou das grandes cidades, vendo a seleção como uma oportunidade para todos. Percebemos também que os alunos têm clareza dos objetivos do processo seletivo atual, quando o comparam com os processos seletivos tradicionais, apontando as características que os diferenciam, tais como: a valorização do social e da história de vida dos candidatos, a estrutura do Processo Seletivo e o acompanhamento posterior dos alunos, a ênfase no interesse pela área e/ou curso, entre outras.

Os alunos vêem na escola profissionalizante de ensino médio uma oportunidade de realmente alcançarem o que se almeja neste nível de ensino: a preparação para o mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e para a vida acadêmica.

É necessário destacar que nos impressionaram as falas dos alunos no que se refere ao papel que podem exercer na comunidade depois de formados: os alunos fazem um *link* entre os conhecimentos adquiridos na escola e a possibilidade de utilizá-los para auxiliar a comunidade em que vivem.

Os servidores também nos deram importantes contribuições, pois foram além do solicitado, e nos possibilitaram refletir para além do processo seletivo, apresentando sugestões, reconhecendo falhas e apontando uma preocupação que deve ser de todos os profissionais que trabalham com a educação profissional: o desafio de romper os paradigmas das atuais concepções de currículo, para que de fato seja concretizada a proposta de ensino integrado. Faz-se necessária a ampliação das discussões da construção de uma educação profissional para além da formação profissional, que possibilite a formação de novo tipo de trabalhador, conforme defendido por Kuenzer (2009):

O novo discurso refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se à produção flexível. Dentre elas, algumas merecem destaque: a capacidade de comunicar-se adequadamente, com o domínio dos códigos e linguagens, incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica: a *autonomia intelectual*, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a *autonomia moral*, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção de homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade. (KUENZER, p. 32, 2009)

Ressaltamos, ainda que, para que as políticas governamentais não se caracterizem como demagógicas ou populistas, faz-se necessário que as medidas e ações, no que diz respeito à educação profissional e a inclusão social, sejam asseguradas através de leis que as sustentem, e não apenas através de decretos ou programas, uma vez que sua manutenção depende da vontade e do entendimento político do governante.

Concluimos ressaltando que o Processo Seletivo do *campus* Vitória do Instituto Federal de Pernambuco, da forma como está constituído, caracteriza-se como uma Política de Inclusão, porque sabemos e acreditamos que a inclusão constitui-se em uma vontade e uma decisão política.

Como vimos, os resultados atestam que é possível realizar um processo seletivo diferenciado do tradicional vestibular, rompendo com um sistema tradicional de avaliação, possibilitando o ingresso e a permanência de jovens das camadas menos favorecidas, e lhes proporcionando o acesso ao ensino de qualidade.

Enfatizamos o sentimento de pertencimento e comprometimento com o *Campus* e o reconhecimento da importância da função social da instituição presente nas falas dos servidores e alunos, o que nos faz concluir que o envolvimento da Comunidade escolar representa fator diferenciador e importante para que as mudanças aconteçam e se concretizem, conquistando o respeito, o reconhecimento e a valorização da comunidade externa.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**; tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BRASIL, **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.
- _____. **Educação Profissional: legislação básica**. 5ª edição, Brasília: MEC, 2001.
- _____. **Educação Profissional e Tecnológica: legislação básica**. 6ª edição, Brasília, 2005.
- _____. **PROEJA – Documento base**. Brasília, 2006.
- FERRETI, Celso J. **A Reforma do Ensino Técnico da Década de 1990: Entre a Proposta e a Prática**. Trabalho e Educação. Vol. 17, nº 1. jan./abr. 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 1996.
- _____; CIAVATTA, Maria, RAMOS Marise N. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. 2004.
- _____; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 20004. Editora UFPR.
- GOMES, Maria Tereza Uille. **Direito humano à educação e políticas públicas**. 22ª Edição - Curitiba; Juruá Editora, 2009.
- HADDAD, Sérgio, GRACIANO, Mariângela. **A educação entre os direitos humanos**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: Ação Educativa, 2006.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. Porto Alegre: Mediação, 2008. 184 p.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1992
- _____; **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, José Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 180 p.

MANFREDI, Silvia Maria, **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAUÉS, Olgaíses Cabral, GOMES, Elenilce, MENDONÇA, Fernanda Lopes. **Políticas para a Educação Profissional Média nos Anos 1997-2007**. Trabalho e Educação. vol.17, nº 1. jan./abr. 2008

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 3ª Edição. São Paulo; Editora Ática, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, **As Reformas da Educação Escolar Brasileira e a Formação de um Intelectual Urbano de Novo Tipo**, [S.I]: 2005 15p.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Novas perspectivas para a rede federal de Educação Profissional e Tecnológica**. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novas_perspectivas_eliezerb.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2009.

PINO, Mauro Del. **Política educacional, emprego e exclusão social**, in GENTILI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.) – 3. Ed.- São Paulo; Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação)

SOUZA, José dos Santos, **Trabalho, Qualificação, Ciência e Tecnologia no Mundo Contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez., 2004.

6 ANEXOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

PROCESSO DE SELEÇÃO PARA OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E
SUBSEQUENTES

EDITAL Nº 010/2005

A Diretora-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados que estão abertas no período de 21 de novembro a 29 de dezembro de 2005, em Vitória de Santo Antão-PE, as inscrições para o Processo de Seleção 2006 para selecionar candidatos aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, relacionados no presente Edital, e para os candidatos com o Ensino Médio em andamento ou concluído, ou equivalente, com início das atividades acadêmicas previstas para o primeiro semestre de 2006, conforme instruções normativas estabelecidas no respectivo Manual do Candidato, que é parte integrante do presente Edital.

I – DOS CURSOS E VAGAS

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Exigência: alunos que concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental.

ÁREA	CURSOS	Nº DE VAGAS	HORÁRIO
Agropecuária	Técnico em Agropecuária	140	Manhã e Tarde
	Técnico em Agroindústria	70	Manhã e Tarde

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCOMITANTE EXTERNO OU SUBSEQUENTE

Exigência: alunos que já tenham concluído a 1ª série e estejam cursando o Ensino Médio em outra escola (Concomitante Externo) ou tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente (Subsequente).

ÁREA	CURSOS	Nº DE VAGAS	HORÁRIO
Agropecuária	Técnico em Agroindústria	30	Manhã
	Técnico em Agricultura	30	Manhã
	Técnico em Zootecnia	30	Manhã

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – Período: De 21 de novembro a 29 de dezembro de 2005.

2.2 – Local das Inscrições: Secretaria de Registros Escolares da EAF de Vitória de Santo Antão – Propriedade Terra Preta – Zona Rural – Vitória de Santo Antão PE

2.3 – Horário das Inscrições: De segunda a sexta-feira, das 7h30min às 16h30min

2.4 – Documentos necessários:

1. Carteira de Identidade ou Registro de Nascimento;
2. Formulário de Inscrição sem rasuras ou emendas devidamente preenchido;
3. Questionário sócio-econômico devidamente respondido;
4. 01 foto 3x4, recente e colorida;
5. Pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 10,00 (dez reais) mediante preenchimento de formulário e efetuado em qualquer agência do Banco do Brasil.

III – DA ADMISSÃO

3.1 - A prova escrita de admissão para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Cursos Técnicos Concomitantes Externos e Subseqüentes abrangerão conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, redação sobre um tema proposto e conhecimentos específicos, e serão realizadas no dia 08 de janeiro de 2006, às 8:00h, no prédio central da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE.

IV – DA SELEÇÃO PARA OS REGIMES DE INTERNATO E SEMI-INTERNADO

4.1 – Para os candidatos ao regime de internato masculino, haverá uma segunda etapa com entrevista aos pais e/ou responsável legal e ao próprio candidato, em data e horário e local a serem divulgados no dia da prova escrita de admissão.

4.2 – Para o regime de internato masculino serão oferecidas 60 (sessenta) vagas.

4.3 – Para ser selecionado ao regime de internato, serão considerados os seguintes critérios:

- a) Residir em zona rural;
- b) Ser filho de produtor rural;
- c) Residir em cidades distantes de Vitória de Santo Antão;
- d) Ser filho de família comprovadamente carente;
- e) Submeter-se à entrevista com o Serviço de Orientação Educacional, agendada previamente.

Parágrafo único: Os dados da entrevista não poderão ser divulgados nem fornecidos aos candidatos, pais ou responsáveis.

4.4. Para o regime de semi-internato masculino e feminino serão oferecidas 120 (cento e vinte) vagas para todos os cursos integrados ao Ensino Médio e serão destinados aos candidatos que atenderem os seguintes critérios:

- a) Residir na zona rural de Vitória de Santo Antão;
- b) Residir em bairros comprovadamente distantes da Escola;
- c) Residir em cidades próximas à Vitória de Santo Antão;
- d) Ser filho de família comprovadamente carente.

4.5 – O não comparecimento do candidato na data e horário previstos para o exame de admissão, inclusive na segunda etapa, implicará em sua desistência.

V – DO MANUAL DO CANDIDATO

5.1 – Para efeitos legais o Manual do Candidato constituirá parte integrante do presente Edital, ficando automaticamente desclassificado qualquer candidato que deixar de atender às prescrições estabelecidas em ambos os instrumentos normativos.

5.2 – O Manual do Candidato estará disponível aos interessados, no local de inscrição indicado neste Edital, mediante a apresentação do comprovante de quitação da taxa de inscrição, na agência do Banco do Brasil.

VI – DOS RESULTADOS

6.1 – Para efeito de aprovação no processo de seleção será considerado o resultado da prova escrita, pela ordem decrescente de colocação, para os candidatos aos regimes de externato e semi-internato. Para o regime de internato será considerado o resultado da prova escrita mais a avaliação do questionário sócio-cultural e da entrevista a que o candidato e será submetido.

6.2 – Os resultados do exame de admissão para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Concomitantes Externos e Cursos Técnicos Subsequentes, constantes no presente EDITAL, serão divulgados em duas etapas:

1ª Etapa: Para os Candidatos ao regime de internato que serão submetidos à entrevista, a lista dos classificados será divulgada no dia 13 de janeiro de 2006.

2ª Etapa: A lista dos aprovados para todos os cursos e regimes será divulgada no dia 24 de janeiro de 2006, obedecendo o quadro de cursos e vagas constante no presente Edital e a ordem decrescente de colocação nas provas de admissão.

6.3 – Os candidatos ao regime de internato masculino e semi-internato poderão requerer à Comissão Específica isenção total ou parcial da taxa de alimentação e alojamento, devendo para isso atender os critérios aprovados pelo Conselho Diretor da EAFVSA, que serão disponibilizados quando da divulgação dos resultados.

Parágrafo único: A concessão da isenção total ou parcial será feita após a avaliação e aprovação por parte da Comissão de Isenção de Taxas.

6.4 – O aluno que tiver seu requerimento de isenção ou redução de taxa deferido pela Comissão, deverá desenvolver atividades na Escola.

6.5 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

Vitória de Santo Antão, 17 de novembro de 2005.

Velda Maria Amilton Martins
Diretora Geral



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE



**SELEÇÃO PARA ADMISSÃO DE ALUNOS PARA OS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
NÍVEL MÉDIO**

Você encontrará abaixo uma série de perguntas, de caráter pessoal, através das quais poderemos conhecê-lo(a) melhor, visando sua possível admissão a nossa Escola.

Leia com atenção e responda às perguntas abaixo com sinceridade.

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Sexo: _____
Raça: () Branca () Afrodescendente () Amarela () Parda () Indígena
Cidade que reside: _____ Estado: _____
() Zona Urbana () Zona Rural
Opção pelo curso técnico em: _____
Regime de matrícula: () Interno () Seim-interno () Externo

2. ÁREA FAMILIAR

2.1 – Filiação:

Pai: _____ Idade: _____
Religião: _____ Profissão: _____
Função que exerce atualmente: _____
Grau de Escolaridade: _____
Mãe: _____ Idade: _____
Religião: _____ Profissão: _____
Função que exerce atualmente: _____
Grau de Escolaridade: _____

2.2 – Seus pais são:

() Ambos vivos () Separados () Ambos falecidos () Pai vivo e mãe falecida () Mãe viva e pai falecido

2.3 – Você mora com seus pais? () Sim () Não

Caso responda “NÃO”, com quem mora?

Nome: _____
Grau de parentesco: _____

2.4 - Seu relacionamento com sua família é: () Bom () Regular () Difícil () Ruim

2.5 – O que você mais gosta na sua família?

2.6 – O que você não gosta na sua família?

2.7 – Que profissão seus pais gostariam que você seguisse?

3. ÁREA ECONÔMICA

3.1 – Qual a renda total da família (em salário mínimo – R\$ 240,00 reais)

() 1 salário () 1 salário e meio () 2 a 3 salários () 4 a 6 salários () 7 a 10 salários () 10 a 20 salários
() Mais de 20 salários

3.2 – Qual o número de pessoas que residem em sua casa?

() 02 pessoas () 03 pessoas () 04 a 06 pessoas () 07 ou mais pessoas

3.3 – Sua família reside em : (casa ou apartamento)

() Casa Própria () Casa própria financiada () Casa alugada () Casa cedida
() Outro tipo – Qual? _____

3.4 – Sua família (pais) possui automóvel? () Sim () Não

Quantos? _____ Qual tipo? _____

3.5 – Sua família possui propriedade rural? () Sim () Não

Que atividades são desenvolvidas na propriedade? _____

3.6 – Você já trabalhou? () Sim () Não

Em que? _____ Quanto tempo? _____

4. ÁREA SÓCIO-CULTURAL

Você pratica esporte? () Sim () Não Qual? _____

Indique por ordem de preferência, suas três diversões (lazer) prediletas:

1 - _____

2 - _____

3 - _____

Você fuma? () Sim () Não

Você toma bebida alcoólica? () Sim () Não

Você participa de algum grupo (artístico/cultural/esportivo/religioso) da cidade que mora?

() Sim () Não Quais são estas atividades? _____

Possui habilidade artístico-cultural, qual? _____

5. ÁREA DE SAÚDE

5.1 – Responda Sim ou Não

Você é portador de alguma doença? _____ Qual? _____

Toma algum remédio controlado? _____ Qual? _____

Tem algum tipo de alergia? _____ Qual? _____

É portador de alguma deficiência física? _____ Qual? _____

5.2 – Quando você adoece recorre a que tipo de assistência médica?

() Pública () Particular () Plano de Saúde

6. ÁREA ESCOLAR

6.1 – Nome da escola em que concluiu ou está concluindo a 8ª série ou Ensino Médio:

Ano da Conclusão _____ Cidade: _____ Estado: _____

() Zona Urbana () Zona Rural

6.1.1 – Em que tipo de escola você estudou o ensino fundamental (1º Grau)?

() Escola Municipal () Escola Estadual () Escola Particular () Escola Federal () Supletivo

() Outra: _____

6.2 – Você está cursando o Ensino Médio (2º Grau)? () Sim () Não

Curso: _____ Série: _____

6.3 – Você já foi reprovado? () Sim () Não Em que série(s)? _____

Em qual(is) disciplina(s)? _____

Qual o motivo? _____

6.4 – Quantos anos você levou para cursar o ensino fundamental?

() Menos de 8 anos () 8 anos () 9 anos () 10 anos () mais de 10 anos

6.5 – Quais as suas disciplinas preferidas?

Quais as disciplinas que você menos gosta? _____

6.6 – Hábitos de Estudo:

Costuma ter horário marcado para estudar? () Diariamente () Antes das provas () Nunca

Tem local apropriado para estudar? () Sim () Não

Qual? _____

Você prefere realizar suas tarefas escolares:

() Em Grupo () Sozinho () Dos dois modos () Por que? _____

Alguém em sua casa o ajuda/acompanha nas tarefas escolares? () Sim () Não

Freqüente ou freqüentou outro(s) curso(s)? () Sim () Não

Qual(is)? _____

6.7 – Além dos livros didáticos, que tipo de leitura você costuma fazer:

() Jornais () Romance, livros de ficção

() Revistas em quadrinhos () Revistas, quais? _____

7. ESCOLHA DO CURSO/ESCOLA

7.1 – O que você espera do curso que escolheu? _____

7.2 – O que você espera encontrar na escola? _____

7.3 – Você tomou conhecimento do exame de seleção da EAF-VITÓRIA, através de :

() Amigos () Familiares () Rádio () Cartazes () Televisão () Jornal () Outros

7.4 – Qual o motivo principal que o levou a procurar a EAF-VITÓRIA?

() Oferece bom nível de ensino () Oferece ensino gratuito () Conselho de colegas

() O conceito que desfruta como Escola () A possibilidade de acesso a um curso técnico

() Outros motivos. Quais? _____

7.5 – Razão pela qual você escolheu o curso foi?

- () Necessidade de profissionalização () Necessidade de trabalhar cedo
() Ter ligação com o curso universitário que pretende fazer () Interesse pela área do curso
() Escolha casual, não tem informação sobre o curso () Escolha dos pais
() Preparar para o vestibular
() Outras razões. Quais? _____

7.6 – Você está fazendo o exame de seleção para entrar na EAF-VITÓRIA/PE

- () Pela primeira vez () Pela segunda vez () Pela terceira vez

8. ASPIRAÇÕES PESSOAIS

8.1 – O que você pretende fazer após terminar o curso? _____

8.2 – Como pessoa, o que você espera ser na vida?_____

8.3 – Qual sua opinião a respeito do mundo em que vivemos? _____

Vitória de Santo Antão / PE, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E
SUBSEQUENTES**

EDITAL Nº 033/2006

A Diretora-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados que estão abertas no período de **13 de novembro a 15 de dezembro de 2006**, em Vitória de Santo Antão-PE, as inscrições para o Processo de Seleção 2007 para selecionar candidatos aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Ensino Médio, Subseqüentes e Concomitantes, relacionados no presente Edital, com início das atividades acadêmicas previstas para o primeiro semestre de 2007, conforme instruções normativas estabelecidas no respectivo Manual do Candidato, que é parte integrante do presente Edital.

I – DOS CURSOS E VAGAS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO
MÉDIO/ENSINO MÉDIO**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO
MÉDIO**

Exigência: alunos que concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental.

CURSO	Nº DE VAGAS	HORÁRIO
Ensino Médio	35	Noite

ÁREA	CURSOS	Nº DE VAGAS	HORÁRIO
Agropecuária	Técnico em Agropecuária	140	Manhã e Tarde
	Técnico em Agroindústria	70	Manhã e Tarde

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCOMITANTE EXTERNO OU SUBSEQUENTE

Exigência: alunos que já tenham concluído a 1ª série ou estejam cursando o Ensino Médio (2º ou 3º Ano) em outra escola (Concomitante Externo) ou tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente (Subseqüente).

ÁREA	CURSOS	Nº DE VAGAS	HORÁRIO
Agropecuária	Técnico em Agroindústria	30	Manhã
	Técnico em Agricultura	30	Manhã

	Técnico em Zootecnia	30	Tarde
--	----------------------	----	-------

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 – Período: **De 13 de novembro a 15 de dezembro de 2006.**

2.2 – Local das Inscrições: O candidato efetuará sua inscrição no período de **13 de novembro a 15 de dezembro de 2006** no Salão Paroquial da Igreja da Matriz de Santo Antônio ou no ônibus da EAF Vitória, que visitará os municípios, em período determinado de acordo com o calendário de visitas aos municípios divulgado pela Comissão de Seleção.

2.3 – Horário das Inscrições: De segunda a sexta-feira, das 7h30min às 16h30min.

2.4 – Documentos necessários:

- ✓ Cópia da Carteira de Identidade ou Registro de Nascimento;
- ✓ Formulário de Inscrição, sem rasuras ou emendas, devidamente preenchido e assinado;
- ✓ Responder a Questionário Sócio-Econômico aplicado pela equipe de seleção;
- ✓ 01 foto 3x4, recente e colorida;
- ✓ Pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 10,00 (dez reais), mediante preenchimento da GRU (Guia de Recolhimento da União) e efetuado em qualquer agência do Banco do Brasil.

2.5 – O candidato deverá adquirir o “Formulário de Inscrição” no local de inscrição.

2.6 – No preenchimento, o candidato deverá optar por apenas 01 dos cursos oferecidos.

2.7 – O formulário de inscrição deverá ser assinado pelo candidato e pelo pai ou responsável, que responderão por todos os atos decorrentes da inscrição.

2.8 – O candidato deverá efetuar a sua inscrição PESSOALMENTE para responder ao questionário sócio-cultural a ser aplicado pela equipe de seleção da EAF Vitória de Santo Antônio.

III - DA SELEÇÃO

3.1 – A seleção para os cursos Integrados de Nível Médio em Agropecuária e Agroindústria será realizada em três etapas, conforme o caso:

1ª Etapa
Aplicação de Questionário Sócio-Econômico com entrevista ao candidato.
2ª Etapa
Redação, no dia 17 de dezembro de 2006 , às 8h, para todos os candidatos. O candidato deverá trazer caneta esferográfica preta ou azul.
3ª Etapa – Somente para candidatos que optarem pelo Regime de Internato
Entrevista individual com o candidato e com os pais ou responsável legal, em data e horário a serem divulgados no dia 28 de dezembro de 2006.

3.2 – A seleção para os cursos Subseqüentes e Concomitantes será realizada em duas etapas:

1ª Etapa
Aplicação de Questionário Sócio-Econômico com entrevista ao candidato.
2ª Etapa
Redação, no dia 17 de dezembro de 2006 , às 8h, para todos os candidatos. O candidato deverá trazer caneta esferográfica preta ou azul.

3.3 – A seleção para o Ensino Médio Noturno será realizada em uma só etapa:

1ª Etapa
Prova de Português, Matemática e Redação e Questionário Sócio-Econômico, no dia 17 de dezembro de 2006 , às 8h, para todos os candidatos. O candidato deverá trazer caneta esferográfica preta ou azul.

3.4 – Para a seleção em etapa única e em duas etapas, o candidato deverá comparecer à EAF Vitória-PE, com 01(uma) hora de antecedência, munido de carteira de identidade e comprovante de inscrição. Não será permitido o acesso do candidato ao local de Prova após o horário estabelecido.

IV – DO PROCESSO CLASSIFICATÓRIO

- 4.1 – Os candidatos aos Cursos Integrados em Agropecuária e Agroindústria e dos cursos Subseqüentes ou Concomitantes serão considerados classificados de acordo com o resultado do somatório das notas obtidas na Redação com **PESO 4** e a nota obtida na entrevista através da análise do Questionário Sócio-Econômico, com **PESO 6**.
- 4.2 Os candidatos ao Curso de Ensino Médio serão considerados classificados pela ordem decrescente de colocação na nota da prova escrita.
- 4.3 O candidato ao regime de internato será submetido à entrevista individual, bem como seus pais ou responsável legal, em data e horário a serem divulgados **no dia 28 de dezembro de 2006**.

V – DA SELEÇÃO PARA OS REGIMES DE INTERNATO E SEMI-INTERNADO

5.1 – Para os candidatos ao regime de internato masculino, haverá uma terceira etapa com entrevista aos pais ou responsável legal e ao próprio candidato, em data e horário e local a serem divulgados no **dia 28 de dezembro de 2006**.

Parágrafo único: Os dados da entrevista não poderão ser divulgados nem fornecidos aos candidatos, pais ou responsáveis.

5.2 – Para o regime de internato masculino serão oferecidas 70 (setenta) vagas.

5.3 – Para ser selecionado ao regime de internato, serão considerados, pela ordem, os seguintes critérios:

- a) Residir em zona rural;
- b) Ser filho de produtor rural;
- c) Residir em cidades distantes de Vitória de Santo Antão;
- d) Ser filho de família comprovadamente carente;
- e) Submeter-se à entrevista com o Serviço de Orientação Educacional, agendada previamente.

5.4. Para o regime de semi-internato masculino e feminino serão oferecidas 120 (cento e vinte) vagas para todos os cursos integrados ao Ensino Médio e serão destinados aos candidatos que atenderem os seguintes critérios:

- a) Residir na zona rural de Vitória de Santo Antão;
- b) Residir em bairros comprovadamente distantes da Escola;
- c) Residir em cidades próximas à Vitória de Santo Antão;
- d) Ser filho de família comprovadamente carente.

5.5 – O não comparecimento do candidato na data e horário previstos para o exame de admissão, inclusive na segunda etapa, implicará em sua desistência.

VI – DO MANUAL DO CANDIDATO

6.1 – Para efeitos legais o Manual do Candidato constituirá parte integrante do presente Edital, ficando automaticamente desclassificado qualquer candidato que deixar de atender às prescrições estabelecidas em ambos os instrumentos normativos.

6.2 – O Manual do Candidato estará disponível aos interessados, no local de inscrição indicado neste Edital, mediante a apresentação do comprovante de quitação da taxa de inscrição, na agência do Banco do Brasil.

VII – DOS RESULTADOS

7.1 – Para efeito de aprovação no processo de seleção para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subseqüentes ou Concomitantes Externos será considerado o resultado do somatório das notas obtidas na Redação com PESO 4 e a nota obtida na entrevista através da análise do Questionário Sócio-Econômico com PESO 6, para os candidatos aos regimes de externato e semi-internato. Para o regime de internato serão considerados os resultados dos itens anteriores mais a avaliação da entrevista a que o candidato será submetido.

7.2 – Os resultados do exame de admissão para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Ensino Médio e Cursos Técnicos Subseqüentes e Concomitantes Externos, constantes no presente EDITAL, serão divulgados em duas etapas:

1ª Etapa: Para os Candidatos ao regime de internato que serão submetidos à entrevista, a lista dos classificados será divulgada **no dia 28 de dezembro de 2006** no Setor de Registros Escolares ou na página da Escola na Internet <http://www.eafvsa.gov.br>, ou pelo telefone (81) 35231130.

2ª Etapa: A lista final dos aprovados para todos os cursos e regimes será divulgada **no dia 16 de janeiro de 2007**, no Setor de Registros Escolares ou na página da Escola na Internet <http://www.eafvsa.gov.br>, ou pelo telefone (81) 35231130, obedecendo ao quadro de cursos e vagas constante no presente Edital e a ordem decrescente de colocação nas provas de admissão.

7.3 – Os candidatos ao regime de internato masculino e semi-internato poderão requerer à Comissão Específica a Isenção total ou parcial da taxa de alimentação e alojamento, devendo para isso atender os critérios aprovados pelo Conselho Diretor da EAFVSA, que serão disponibilizados quando da divulgação dos resultados.

Parágrafo único: A concessão da isenção total ou parcial será feita após a avaliação e aprovação por parte da Comissão de Isenção de Taxas.

7.4 – O aluno que tiver seu requerimento de isenção ou redução de taxa deferido pela Comissão, deverá desenvolver atividades na Escola.

7.5 – As vagas para o regime de internato serão ofertadas apenas para os candidatos aos Cursos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária e Agroindústria.

VIII - MATRÍCULA DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

8.1 – A matrícula dos candidatos classificados será realizada no período de **17 a 19 de janeiro de 2007**, no horário de 7h 30min às 10h 30min e de 13h às 16h30min, no Setor de Registros Escolares da EAF Vitória-PE.

8.2 A não efetivação da matrícula desclassificará definitivamente o candidato à vaga.

8.3 No ato da matrícula o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) Requerimento de matrícula adquirido na EAF Vitória – PE devidamente preenchido e assinado;
- b) Cópia Xerográfica da carteira de identidade;
- c) Cópia xerográfica do registro de nascimento;
- d) Cópia xerográfica do CPF (obrigatório para todos os alunos);
- e) Original do histórico escolar do Ensino Fundamental (8ª série – ficha modelo 18) para os candidatos aos cursos integrados de nível médio e ensino médio;
- f) Original do histórico escolar do Ensino Médio para os candidatos ao Ensino Técnico concomitante externo;
- g) Original do histórico escolar do Ensino Médio (ficha modelo 19) para os candidatos aos Cursos Técnicos Subseqüentes;
- h) Cópia xerográfica do título de eleitor;
- i) Cópia xerográfica que comprove estar regularizada sua situação com o serviço militar para os maiores de 18 anos do sexo masculino;
- j) Original de exame que comprove o tipo sanguíneo e fator RH;
- k) Comprovante de vacina antitetânica;
- l) 06 (seis) fotografias 3x4 recentes e coloridas;
- m) Documento que comprove a condição sócio-econômica para os candidatos que pleiteiam redução ou isenção da taxa de alimentação.

IX – REMANEJAMENTO

9.1 - Na hipótese de candidatos classificados não efetuarem a matrícula, proceder-se-á a uma nova chamada de classificados para as vagas não preenchidas.

9.2 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

Vitória de Santo Antão, 02 de novembro de 2006.

Velda Maria Amilton Martins
Diretora Geral

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE**

**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E
SUBSEQUENTES**

1. Critérios para Análise dos Questionários

- 1. Filho de Agricultor (trabalha na terra que não é dele)**
- 2. Filho de Produtor Rural (P / M / G)**
- 3. Assentado ou filho de Assentado**
- 4. Residir no interior**
- 5. Residir em Propriedade Rural**
- 6. Desenvolver atividade rural**
- 7. Proveniente de Escola Pública**
- 8. Baixa renda / Participar de programas sociais / Pertencer a minorias (negro, índio, deficiente)**
- 9. Identificação com a área do curso / Parentesco em 1º grau com profissionais das áreas afins da escola**
- 10. Está ligado a Instituições comunitárias (associação, sindicato, grupos sociais (jovens, cultural, etc))**

MEC - SETEC
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE
Vitória de Santo Antão, 16 de Novembro de 2006.
Ofício Circular Nº 009/2006/DG/EAFVSA

Ao Excelentíssimo Sr. Prefeito

A Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão é uma Instituição da Rede Federal de Ensino Público, localizada na zona rural de Vitória de Santo Antão, distante 2km do centro comercial da cidade e 1,4km da BR 232. Tem como finalidade educativa proporcionar aos educandos a formação técnica necessária para que possam atuar como “agentes de transformação do meio sócio-rural”.

A EAF Vitória, a cada ano, realiza o seu Processo Seletivo para Novos Alunos dos cursos oferecidos por nossa Instituição:

- **Cursos Técnicos Integrados** – para os alunos que concluíram ou estão concluindo a 8ª Série. É oferecido o regime de Internato.
 - a) **Curso Técnico em Agropecuária** – Atua como autônomo ou auxiliar do Engenheiro Agrônomo, do Engenheiro Florestal, do Veterinário e do Zootecnista, nas atividades de produção agrícola e pecuária.
 - b) **Curso Técnico em Agroindústria** – Atua como autônomo ou auxiliar de Engenheiro Químico, Engenheiro de Alimentos, Veterinário, Agrônomo, Laticinista e Nutricionista, em atividades de processamento e beneficiamento de alimentos.
- **Cursos Subseqüentes (Pós-médio)/Concomitante Externo** – para os alunos que estão cursando a 2ª ou 3ª Séries do Ensino Médio ou para aqueles que já concluíram o Ensino Médio. São eles: **Curso Técnico em Agroindústria, Curso Técnico em Agricultura e Curso Técnico em Zootecnia** (Não é oferecido regime de internato).

O Exame de seleção constará de uma Redação (Peso 4) e uma Entrevista com o candidato (Peso 6).

A clientela da nossa Escola é formada pelos alunos das cidades do interior do Estado, principalmente os oriundos da Zona Rural, que buscam apoio nas suas prefeituras para disponibilizarem transporte que realize o deslocamento dos mesmos até a Escola. Visando uma proximidade maior e facilitar a inscrição dos candidatos das cidades do interior, A EAF Vitória descentralizou suas inscrições e uma equipe da Escola estará visitando algumas cidades realizando as Inscrições Itinerantes.

Queremos contar com o apoio de Vossa Excelência no sentido de divulgar junto às Escolas e Associações de Produtores rurais o nosso Calendário de visitas às cidades e os locais que receberão a Escola, relacionados abaixo:

CALENDÁRIO DE VISITAS ÀS CIDADES

2. INSCRIÇÕES PARA O EXAME SELETIVO 2007

DATA	CIDADE	LOCAL	ABRANGÊNCIA
22/11/2006 Quarta-feira	Sairé - Manhã Bonito – Tarde	Escola João Pessoa Souto Maior Escola Dr. Alexandrino da Rocha	
23/11/2006 Quinta - feira	São Joaquim do Monte – Manhã Camocim de São Félix – Tarde	Escola Frei Epifânio Escola Quintino Bocaiúva	
24/11/2006 Sexta - feira	Chã Grande	Escola João Batista de Vasconcelos	Amaraji/Primavera
27/11/2006 Segunda-feira	Aliança	Escola Estadual Joaquina Lira	Goiana / Condado
28/11/2006 Terça-feira	Barra de Guabiraba	Escola Leobaldo Soares da Silva	
29/11/2006 Quarta-feira	Cumaru	Escola Gilda Bertino Gomes	
30/11/2006 Quinta-feira	Orobó	Escola Profa. Rita Maria da Conceição	João Alfredo/ Machados/ Bom Jardim
1/12/2006 Sexta - feira	Feira Nova – Manhã Limoeiro - Tarde	Escola Pontes de Miranda Escola Pe. Adauto Nicolau Pimentel	Lagoa de Itaenga Lagoa do Carro/Salgadinho
4/12/2006 Segunda-feira	Joaquim Nabuco	Escola Fernando Augusto Ribeiro	
5/12/2006 Terça-feira	Escada	Escola Monsenhor João Rodrigues	Ribeirão
6/12/2006 Quarta-feira	Nazaré da Mata	Escola Dom Carlos Coelho	Tracunhaém
7/12/2006 Quinta-feira	Macaparana – Manhã Timbaúba - Tarde	Escola Brigadeiro Eduardo Gomes Escola Jornalista Jader de Andrade	
11/12/2006 Segunda-feira	Bezerros	Escola Eurico Queiroz	

Para maiores informações, favor consultar o site da Escola ou pelo telefone (81) 3523 1130/ 3523 1319.

Certos da colaboração e contribuição de todos, no tocante à divulgação e esclarecimentos à comunidade estudantil, agradecemos antecipadamente o empenho.

JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Geral Substituto em Exercício

7 APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



MESTRANDA: Carla Eugênia Fonseca da Silva Marques de Nóbrega

ORIENTADORA: Profa. Dra. Suemy Yukizaki

Caro Estudante,

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: O Processo de Seleção de Alunos para o Ensino Agrícola como Política de Inclusão: Uma análise da experiência do *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação de Pernambuco, e necessitamos de algumas informações a respeito do seu ingresso na Instituição que serão fundamentais para o desenvolvimento do nosso trabalho. Sendo assim, solicitamos que respondam as questões propostas abaixo. Esclarecemos que seus dados de identificação serão mantidos em sigilo. Agradecemos a sua colaboração, muito obrigada!

I. Identificação

Nome: _____

Ano de Ingresso: _____ Série/Turma (atual) _____ Cidade de Origem: _____

1. Você reside:

- a. ☐ Zona Rural
b. ☐ Zona Urbana

2. Regime de matrícula

- a. ☐ Residente
b. ☐ Semi -residente
c. ☐ Externo

3. Qual a profissão de seus pais:

PAI: _____

MÃE: _____

4. Em relação à renda da sua família:

- a. ☐ Até 1 salário mínimo
b. ☐ De 2 a 3 salários mínimos
c. ☐ de 4 a 6 salários mínimos
d. ☐ Acima de 7 salários mínimos

5. Até a 8ª série você estudou em:

- a. ☐ Escola pública
b. ☐ Escola particular
c. ☐ Parte em escola pública (____ anos) e parte em escola particular (____ anos)

6. Em que anos foi aprovado para ingressar no *Campus* Vitória:

- a. ☐ 2006 b. ☐ 2007 c. ☐ 2008 d. ☐ 2009

7. Antes de conseguir ingressar no *Campus*, você já havia participado de algum processo seletivo para escola pública e havia sido reprovado?

- a. ☐ Sim b. ☐ Não (Pule para questão 9)

8. Se respondeu “sim” na questão 7, a que você atribui a sua não aprovação no processo seletivo anterior?

9. Em sua opinião, o processo seletivo da escola favorece o ingresso dos alunos provenientes de escolas públicas e/ou oriundos da zona rural? Justifique a sua resposta.

a. () Sim

b. () Não

10. Em sua opinião, o que diferencia o processo seletivo realizado pelo *Campus Vitória* dos demais processos seletivos (tipo vestibular) realizados pelas Instituições Federais de Ensino?

11. Para você, qual a importância de estudar em uma Escola de Ensino Profissional? O que diferencia de um estudante de Escola de Ensino Médio regular?

12. Quando se candidatou ao Curso de Agropecuária, que razões influenciaram a sua escolha?

a. () Interesse pela área do curso

b. () Escolha aleatória do Curso

c. () Possibilidade de empregar-se após formado

d. () Preparar-se para o Vestibular

e. () Atender a vontade de seus Pais

f. () Possibilidade de estudar numa

escola federal

13. Quando se candidatou na seleção da escola o que pensava fazer após terminar o curso escolhido?

14. Atualmente, o que pensa em fazer após terminar o curso?

a. () Ingressar na universidade - Qual curso? _____

b. () Trabalhar como Técnico

c. () Ingressar na universidade e trabalhar

d. () Trabalhar com a família no Campo

15. Para você, concluir o curso profissional favorecerá alguma mudança na sua vida e da sua família? Explique.

16. Após formar-se você acredita que poderá contribuir com a comunidade em que vive? De que forma?

17. Qual a maior contribuição da Escola para sua vida futura?

18. Como você define Inclusão Social?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



MESTRANDA: Carla Eugênia Fonseca da Silva Marques de Nóbrega

ORIENTADORA: Profa. Dra. Suemy Yukisaki

Caro Servidor,

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: O Processo de Seleção de Alunos para o Ensino Agrícola como Política de Inclusão: Uma análise da experiência do *Campus* Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Educação de Pernambuco e necessitamos de algumas informações, a respeito da sua participação no Processo Seletivo da Instituição, que serão fundamentais para o desenvolvimento do nosso trabalho. Sendo assim, solicitamos que respondam as questões propostas abaixo. Esclarecemos que seus dados de identificação serão mantidos em sigilo. Agradecemos a sua colaboração, muito obrigada!

1. Qual a sua função no Campus Vitória de Santo Antão?

a. ☐ Servidor administrativo

b. ☐ Professor

2. Em que ano(s) participou da Seleção de Alunos da Escola?

a. ☐ 2006

b. ☐ 2007

c. ☐ 2008

d. ☐ 2009

e. ☐ 2010

3. De qual (is) fase(s) você participou na Seleção de Alunos?

a. ☐ Divulgação

b. ☐ Entrevista no ato da inscrição

c. ☐ Correção das Redações/questionários

d. ☐ Aplicação da Avaliação

e. ☐ Entrevista aos Pais dos candidatos a residência

f. ☐ Entrevista aos candidatos a residência

4. Em sua opinião, o processo seletivo da escola favorece o ingresso dos alunos provenientes de escolas públicas e/ou oriundos da zona rural? Justifique a sua resposta.

a. ☐ Sim

b. ☐ Não

5. O processo seletivo, realizado pelo Campus Vitória, tem possibilitado o ingresso de alunos identificados com o Curso/área de Agropecuária? Justifique a sua resposta.

a. ☐ Sim

b. ☐ Não

6. Para você, o que diferencia o processo seletivo realizado pelo *Campus* Vitória dos demais processos seletivos (tipo vestibular) realizados pelas Instituições Federais de Ensino?

7. Como você define Inclusão Social?

8. O processo de seleção da escola, em sua opinião, se caracteriza como política de inclusão? Por quê?

9. Descreva as suas impressões/sensações ao participar da Seleção de Alunos da Escola.
